

**Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas
institucionalizações e resistências na sociedade de controle**

Projeto Temático FAPESP

Fluxo Meio Ambiente/ Ecologia

Relatório 2011

Este relatório apresenta os resultados e encaminhamentos dados às atividades propostas no relatório anterior e indicações para atividades em 2012. No início da pesquisa, buscou-se a trajetória da institucionalização de uma noção de meio ambiente enquanto instrumento político de acoplamento de normas e regras ocorrido a partir de meados do século XX, em que se destacaram grandes encontros internacionais aglutinando forças mobilizadas em torno de reivindicações por mudanças ou consolidação de decisões, as quais se disseminaram pelo planeta.

No ano de 2011, os trabalhos focaram a construção e ampliação do conceito de sustentabilidade que, se constitui, a partir de 1987, unindo a noção de meio ambiente com a economia e a sociedade. Consolidou-se o investimento na chamada *economia verde*, alvo dos encontros que ocorrerão em torno da Rio+20, em 2012. Trabalhou-se também a questão das mudanças climáticas e principalmente o levantamento das vertentes do pensamento ecológico e ambiental com os

respectivos efeitos na formação de sujeitos e na constituição de políticas tanto planetárias quanto locais

1) Atividades propostas para o período de 2011 e realização durante o ano

Para 2011, foram propostas atividades, aqui listadas, seguidas da descrição do cumprimento das metas e um balanço dos resultados.

2.1 encerramento da coleta, organização e classificação de material jurídico-político e institucional de proteção ambiental, tanto brasileira quanto transnacional; disponibilização e divulgação desse material no site;

Desde 2010, buscou-se seguir a construção de um dispositivo de meio ambiente. As Conferências ambientais, Estocolmo, em 1972; a ECO-92 no Rio de Janeiro, Joanesburgo em 2002, foram grandes encontros transnacionais. Resultaram em institucionalizações que aglutinaram forças procedentes de diversos locais e setores, mobilizadas em torno de reivindicações por mudanças ou consolidação de decisões referentes ao que se estabeleceu como meio ambiente. Desses encontros surgiram acordos, recomendações, compromissos que se tornaram programas globais e locais, com maior facilidade de captação de recursos financeiros e humanos para serem implantados.

Desde as primeiras lutas reivindicatórias em torno de questões ainda não agrupadas pela noção de meio ambiente, os movimentos ativistas se conectam em organizações hoje chamadas de ONGs para terem voz e espaço e conseguirem que itens de sua pauta entrassem na discussão e fossem reconhecidos e transformados em legislação e programas. Além disso, esses programas têm como efeito a

participação local para sua implantação, mobilizando e até mesmo estimulando a criação de organizações pelas pessoas que deverão ser envolvidas.

A coleta de documentos, alguns datados do século XIX, foi feita em meio eletrônico e estes estão arquivados nos computadores do projeto e estão sendo disponibilizados no site.

2. 2. prosseguimento dos trabalhos específicos de investigação dos pesquisadores do fluxo, sobre os temas sustentabilidade, populações tradicionais e indígenas, mudanças climáticas, economia verde, unidades de conservação, governamentalização da Amazônia e sobre os preparativos para a Cúpula da Terra 2012,

Durante 2011, foi dado maior destaque à construção da noção de sustentabilidade a partir do deslocamento da discussão estrita sobre a proteção ambiental para ações que visam à consecução de um desenvolvimento sustentável, o qual, ao reunir as dimensões econômica e social com a dimensão ambiental, garante “a satisfação das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em suprirem suas próprias necessidades,” segundo a conhecida definição do relatório Brundtland.

Os itens estão aqui agrupados e distribuídos da seguinte forma:

2.2.1. sustentabilidade e economia verde

Em meados da década de 1960, havia uma grande discussão sobre os limites do crescimento, valorizou-se o uso de modelos matemáticos para a elaboração de cenários futuros e estes apontavam para o esgotamento dos recursos naturais frente ao crescimento. Concluiu-se que era preciso limitar as atividades econômicas. Em 1972, em Estocolmo, as discussões muito acirradas durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, giraram em torno da

relação entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental, como um explícito conflito entre países ricos e pobres. Em 1983, para equacionar o impasse ‘proteção ao meio-ambiente’ e ‘desenvolvimento econômico’, no momento de uma transformação político-econômica mundial e desaquecimento da produção decorrentes das crises energéticas e financeiras da década passada, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland. Após cinco anos de estudos e consultas, surgiu o relatório *Nosso Futuro Comum*. Na próxima conferência da ONU, intitulada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. o impasse entre crescer e preservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo ‘desenvolvimento sustentável’, o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e proteção ambiental. Ficou estabelecido que é possível usar os recursos naturais, fazer o lucro crescer, desde que se mantenha a sustentabilidade, uma das noções-chave da ecopolítica no século XXI.

A sustentabilidade é também objeto de estudo da Iniciação Científica de Felipe Costa, que apresentou seu relatório parcial no fim de 2011. A IC parte da hipótese de que o *“a sustentabilidade é cada vez mais utilizada pelas empresas como parâmetro para balizar suas ações”*. Por meio da análise de relatórios de sustentabilidade apresentados por empresas diferentes, de um lado a mineradora Vale do Rio Doce e, de outro, o Banco Itaú-Unibanco, concluiu-se que *“a sustentabilidade é adaptada pelas empresas de forma a se adequar às necessidades destas. (...) Tal adaptabilidade certamente está relacionada à grande disseminação que a sustentabilidade obteve no meio empresarial.”*¹ As conclusões gerais sobre a noção de

¹ F.COSTA. *Com as empresas pensam a sustentabilidade ambiental*. Relatório Bimestral da Iniciação Científica. Orientador: Edson Passetti, PUC-SP, 2011, p. 2.

sustentabilidade foram apresentadas em um artigo publicado no numero 1 da Revista Ecopolítica. .²

A trajetória da inserção do empresariado na questão ambiental foi apresentada pela pesquisadora Eliane Knorr de Carvalho no XXVI Simpósio Nacional e História da ANPUH em uma comunicação intitulada *Exploração eficiente do meio ambiente: uma virada no discurso ecológico em prol da permanência da exploração capitalista*, publicada nos anais do evento.³

Por sua vez, a economia verde é definida pelo PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, como *“uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva”*.⁴ Prosseguindo na caracterização da economia verde do PNUMA:

O conceito de uma “economia verde” não substitui desenvolvimento sustentável, mas hoje em dia existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia. Décadas de criação de uma nova riqueza através de um modelo de “economia marrom” não lidaram de modo substancial com a marginalização social e o esgotamento de recursos, e ainda estamos longe de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A sustentabilidade continua sendo um objetivo vital em longo prazo, mas é preciso tornar a economia mais verde para

² F.COSTA, As empresas e a sustentabilidade.

Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/7660/5608>

³ Eliane Knorr de Carvalho. Exploração eficiente do meio ambiente: uma virada no discurso ecológico em prol da permanência da exploração capitalista

Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878224_ARQUIVO_elianeknorr-anpuh2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878224_ARQUIVO_elianeknorr-anpuh2011[1].pdf)

⁴ *O que é economia verde*. <http://www.observatorioeco.com.br/o-que-e-economia-verde/> Acessado em 17 de fevereiro de 2012

chegarmos lá. Para se fazer a transição para uma economia verde são necessárias algumas condições facilitadoras específicas. Essas condições facilitadoras consistem de um pano de fundo de regulamentos nacionais, políticas, subsídios e incentivos, mercado internacional e infraestrutura legal e protocolos comerciais e de apoio. No momento, as condições facilitadoras incentivam e têm um peso grande na predominante economia marrom que, entre outras coisas, depende excessivamente da energia proveniente dos combustíveis fósseis.⁵

Em relação à economia verde, a questão apareceu, segundo Elkington⁶, a partir de 1987, coincidentemente o ano da publicação de *Nosso futuro comum* que consagrou o conceito de *desenvolvimento sustentável*. O fato principal da emergência do tema fora a descoberta por cientistas do buraco na camada de ozônio da Antártida, em 1995, e a demonstração por eles de que a causa era uma atividade diária das pessoas: a utilização de aerossóis com CFC.⁷

Makower⁸ contextualiza o conceito de economia verde relacionado com a preocupação das empresas com o meio ambiente e aponta outros marcos em sua história. Ela ganhara força no início dos anos 1960 com o controle por parte das empresas da poluição por chaminés e esgotos. Já em 1970, houve a importante criação da Agência de Proteção Ambiental nos Estados Unidos e em outros países. Em 1980, empresas se deram conta que se não poluíssem não teriam que se

⁵ Idem, idem.

⁶ ELKINTON, apud Vivian Paes B. SMITH; Flávia Cristina M. MENDES; Luiz.MACEDO, *Oportunidades para a Economia Verde e de Baixo Carbono: O papel estratégico da Comunicação Organizacional*, p. 4.

Disponível em

http://www.pucsp.br/eitt/downloads/ix_ciclo/IX_Ciclo_2011_Artigo_Vivian_Smith_Flavia_Mendes_e_Luiz_Macedo.pdf Acessado em 15 fev. 2012.

⁷ Idem, idem,

⁸ Joel MAKOWER, *A economia verde: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era dos negócios*. Tradução: Célio Knipel Moreira. São Paulo: Gente, 2009, p.17. O autor é diretor executivo de GreenBiz Group, website norte-americano que reúne e divulga informações visando “definir e acelerar o negócio da sustentabilidade” <http://www.greenbizgroup.com/>. Anualmente, esse grupo de editores realiza um balanço da situação da economia verde nos Estados Unidos, disponibilizado em <http://www.greenbiz.com/microsite/state-green-business>

preocupar com controle ou com a limpeza, evitando custos desnecessários. Em 1990, foram criados sistemas de gerenciamento ambiental e o ISO 14001, promulgado pela Organização Internacional para a Padronização – *International Organization for Standardization-ISO* – a qual estabeleceu um conjunto de regras fundamentais sobre como as companhias deveriam se organizar ambientalmente..

Portanto, observa-se que, para Makower, a economia verde surge quando preocupações ambientais passam a permear as decisões econômicas das empresas.

“As mais recentes décadas de evolução empresarial verde podem ser representadas por três ondas de mudança. Tudo começou (quando) (...) as companhias objetivavam manter sob controle os piores abusos ambientais. A seguir (...) o período no qual as companhias descobriram que poderiam reduzir custos – e melhorar suas reputações – adotando algumas medidas de prevenção. (...) Em seguida veio (...) o reconhecimento de que o pensamento ambiental pode fazer mais do que melhorar o lucro final. Ele pode ajudar a ampliar as receitas por meio de inovação, novos mercados e novas oportunidades empresariais. Esse é o ponto no qual a sustentabilidade se torna, de fato, sustentável.”⁹

Os empresários adeririam à economia verde, não motivados pelo desejo de salvar o planeta, mas porque atuar de forma ambientalmente responsável faria parte das boas práticas empresariais.¹⁰

Em 1989, é lançado o livro *Blueprint for a Green Economy* (Plano para uma Economia Verde) organizado por David Pearce, economista inglês, que postula uma série de equações econômicas para os bens naturais que compõem o capital natural, inclusive sugere que os bens naturais devam ser valorados da mesma maneira que os bens produzidos pelo homem.¹¹ Dois anos depois, o lançamento de

⁹ Idem, p. 20. (grifo nosso)

¹⁰ Idem, p.20.

¹¹ Vivian Paes B. SMITH; Flávia Cristina M. MENDES; Luiz MACEDO, *op.cit.*, p.4.

Blueprint 2: Greening the World Economy tratava especificamente dos problemas ambientais transnacionais que demandam soluções baseadas em políticas ambientais internacionais e marcou o próximo passo da discussão sobre economia ambiental: pensar a economia ambiental em âmbito global denominando-a “economia de baixo carbono”.¹²

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) contribuiu, em 2008, para que a concepção de economia verde fosse pensada em âmbito global com a iniciativa *Green Economy* (Economia Verde) cujo objetivo é mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural por meio de três conjuntos de ações: “valorização e divulgação de serviços ambientalmente corretos para consumidores; geração de empregos no marco dos empregos verdes (*Green Jobs*) e definição de políticas; instrumentos e indicativos do mercado capazes de acelerar a transição para uma economia verde”.¹³ Tal iniciativa foi também importante para a definição do conceito de economia verde e para a popularização do termo.

Tais iniciativas da ONU, com participação do UNEP/PNUMA, objetivam assessorar governos na formatação ou mudança de enfoque de políticas públicas, investimentos e gastos dos países nas áreas de agricultura e silvicultura sustentáveis; tecnologias limpas; energias renováveis; fornecimento de recursos hídricos; transporte verde; gestão de resíduos; e edifícios verdes.

Em final de 2011 O Grupo de Gestão Ambiental da ONU lançou o documento *Working towards a Balanced and Inclusive Green Economy: a United Nations*

¹² Idem, idem.

¹³ Breve descrição da iniciativa economia verde do PNUMA disponível em http://www.pnuma.org.br/eventos_detalhar.php?id_eventos=39
Informações mais detalhadas sobre o assunto encontram-se disponibilizadas em inglês em: <http://www.unep.org/greeneconomy/>.

System-Wide Perspective (Trabalhando para uma economia verde equilibrada e inclusiva: uma perspectiva no âmbito do Sistema das Nações Unidas) em que se estabelecem medidas para implantação de uma economia verde e de combate à pobreza, temas da Rio +20, estabelecendo metas e indicando as agências do sistema das Nações Unidas responsáveis pela implementação e o envolvimento das chamadas instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) ¹⁴

Ainda em 2011, o UNEP/PNUMA publicou em inglês o extenso relatório *Green Economy Report*,¹⁵ e apresentou uma versão sintética deste nas línguas oficiais da ONU (inglês, árabe, chinês, espanhol, francês) e em português: *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Uma síntese para Tomadores de Decisão*.¹⁶ O documento do PNUMA é importante por estabelecer pragmaticamente planos de ação para a efetiva transição do atual padrão de economia de alta emissão de carbono – conhecida como economia *marrom* – para a economia verde e de baixo carbono. Publicou também um resumo de três páginas do citado documento síntese: *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Uma Síntese para Tomadores de Decisão - Resumo das Conclusões*, no qual

¹⁴ UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL MANAGEMENT GROUP *Working towards a Balanced and Inclusive Green Economy: a United Nations System-Wide Perspective*.

Disponível em

<http://www.unemg.org/Portals/27/Documents/IMG/GreenEconomy/report/GreenEconomy-Full.pdf>

Acessado em 28 de fevereiro de 2012.

¹⁵ United Nations Environmental -UNEP *Green Economy Report*

Disponível em :

<http://www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx>

Acessado em 12 de fevereiro de 2012.

¹⁶ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA, *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza - Uma Síntese pra Tomadores de .Decisão*.

Disponível em: http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf Acessado 15 de fevereiro de 2012.

afirma que problemas, como o da pobreza, podem ser mitigados com a implementação da economia verde.

“Uma economia verde pode contribuir para a aliviação da pobreza. Há um elo inextricável entre a aliviação da pobreza e a gestão racional de recursos naturais e ecossistemas, devido aos fluxos de benefícios de capital natural que são recebidos diretamente pelos pobres. Ele é particularmente importante em países de baixa renda, nos quais mercadorias e serviços ecossistêmicos são um grande componente das vidas de comunidades rurais pobres e proporcionam uma rede de segurança contra desastres naturais e choques econômicos.”¹⁷

O documento ainda esclarece que problemas que logicamente poderiam emergir da transição para a economia verde, como a queda no nível de empregos e a escassez de recursos de investimentos necessários a ela, também seriam solucionáveis. E que a transição não seria apenas possível, como também vantajosa. Não obstante, o documento não nega os riscos inerentes à transição, e considera que a redefinição de paradigmas também é necessária:

“Tal transição para a economia verde não será isenta de riscos e desafios – do ‘esverdeamento’ de setores marrons tradicionais ao atendimento de demandas de mercado em rápida mutação em um mundo limitado pelo carbono. Portanto, os líderes mundiais, a sociedade civil e as empresas líderes no mercado devem participar colaborativamente para repensar e redefinir parâmetros tradicionais de riqueza, prosperidade e bem-estar. O que está claro é que o maior de todos os riscos seria continuar com o *status quo*”.¹⁸

¹⁷ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, *Rumo à uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Uma Síntese para Tomadores de Decisão. Resumo das Conclusões*. P. 2. Disponível em http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_ResumodasConclusoes.pdf.

Acesso em: 15 fev. 2012

¹⁸ Idem, p.3

Entretanto, nem sempre a mudança de paradigmas é colocada como constitutiva da economia verde. Ao contrário, o conceito de economia verde aparece em alguns documentos como uma resposta ao mercado, ou seja, como uma forma de internalizar o meio ambiente à economia, monetarizando-o. Nessa perspectiva, a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo incorporou a economia verde em propostas de planejamento ambiental para o estado:

“Esta publicação foi elaborada a partir da necessidade de evidenciar para o mercado as oportunidades de investimento, geração de emprego e renda a partir de critérios ambientais para os principais setores econômicos. O planejamento ambiental vê na Economia Verde uma oportunidade de apresentar ao mercado as vantagens competitivas que um ator pode ter ao trabalhar o meio ambiente em seu processo produtivo. (...) A Economia Verde se apresenta como uma proposta de desenvolvimento que busca instituir novos vetores de crescimento econômico, novas fontes de empregabilidade e soluções consistentes para a melhoria da qualidade ambiental com base no reconhecimento de que, apesar de sua indiscutível capacidade de geração de empregos e renda, o atual modelo de produção e consumo de bens e serviços é insustentável”¹⁹.

A abordagem da monetarização da natureza também aparece no citado resumo do documento-síntese do PNUMA: “Uma economia verde valoriza e investe em capital natural. Um quarto dos investimentos verdes analisados é alocado a setores de capital natural: silvicultura, agricultura, água potável e pesca”.²⁰

Dessa forma, as vantagens ambientais e sociais que adviriam da transição passam a ser conseqüências, coadjuvantes no processo, não o principal objeto, como reivindicado por movimentos ambientalistas e por aqueles que consideram

¹⁹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL. *Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo*. Coordenação Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho – São Paulo: SMA/CPLA, 2010, p.9.

²⁰ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, *Op.cit.* p.1.

que as mudanças em prol da sustentabilidade devem ocorrer considerando os aspectos social, ambiental e econômico de forma igualitária. Para esse sentido convergem as ações de planejamento ambiental do Estado de São Paulo: “A Economia Verde não só evidencia as oportunidades de mercado, mas também promove o desenvolvimento, o meio ambiente e a qualidade de vida.”²¹ No documento *Economia Verde, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Estado de São Paulo* justifica-se para tal abordagem da economia verde, considerar o mercado capaz de tornar possível a sustentabilidade efetiva: “É uma forma de trazer a sustentabilidade, tão frequente e equivocadamente tratada como ‘tema de futuro’, para um patamar de objetividade e pragmatismo que evidencia as vantagens econômicas e sociais da aliança entre inovação e melhora da qualidade ambiental”²²

A mesma abordagem aparece no documento *Economia verde, desenvolvimento sustentável e inovação - Os caminhos da indústria brasileira*, publicado pelo Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo -FIESP:

“O objetivo geral da economia verde, com reflexo direto no setor empresarial: reconfigurar os negócios e a infraestrutura para dar mais retorno aos investimentos de capital econômico, natural e humano e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, extrair e usar menos recursos naturais, gerar menos resíduos e reduzir disparidades sociais”²³

Haveria urgência para a efetivação da economia verde:

²¹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL, *op. cit.* p.5.

²² SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL, *op. cit.* p.12.

²³ DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA/FIESP, *Economia verde, desenvolvimento sustentável e inovação - Os caminhos da indústria brasileira*. 2011, p. 4.

Disponível em <http://www.italcam.com.br/site/download/fiesp.pdf> . Acesso em: 16 de fevereiro de 2012

“Considerando a probabilidade significativa de que mudanças climáticas não mitigadas provavelmente superem a capacidade de sistemas naturais e humanos de se adaptarem, há uma necessidade premente por ações de diminuição do resultado negativo do balanço de GEE²⁴ da economia – o que traz ao primeiro plano o tema da descarbonização dos sistemas econômicos”.²⁵

No entanto, não se pode ignorar que a possibilidade das abordagens com foco no mercado e no desenvolvimento econômico seja uma estratégia para conseguir o engajamento de setores historicamente motivados pelas leis do mercado. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda, no documento *O Futuro que Queremos: rascunho zero*, base para a discussão da Rio+20, que as vantagens econômicas e que a viabilidade da manutenção de empregos, e, portanto, dos lucros, sejam enfatizadas: “Incentivamos enfaticamente que empresas e indústria desenvolvam guias de economia verde para seus respectivos setores, com objetivos e referenciais concretos de progresso, incluindo a geração líquida de empregos.”²⁶

Nesse mesmo documento, a ONU esclarece que as questões puramente econômicas não devem ser prioridade em uma economia verde:

“Estamos convictos de que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deve contribuir para o cumprimento de objetivos-chave – principalmente as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão racional da água, acesso universal a serviços modernos de energia, cidades sustentáveis, gestão de oceanos e melhoria da resiliência e resposta contra desastres, bem como de saúde pública,

²⁴ Gases de Efeito Estufa, responsáveis pelo aquecimento da temperatura da atmosfera do planeta, dentre eles, destacam-se o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e clorofluorcarbonetos (CFCs), resultantes de atividades econômicas.

²⁵ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL, *op. cit.* p.12.

²⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *O Futuro que Queremos: rascunho zero.*, p. 6
Disponível em http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo, equitativo e gerador de empregos, inclusive para os jovens. Ela deve ser baseada nos princípios do Rio, especialmente no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, concentrando-se nos indivíduos, de forma inclusiva e oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos de todos os países. (...) Consideramos a economia verde como um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, que deve permanecer como o nosso objetivo principal. Reconhecemos que uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deve proteger e reforçar a base de recursos naturais, aumentar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção de um desenvolvimento de baixo carbono. (...) Salientamos que a economia verde não pretende ser um conjunto rígido de regras, e sim uma estrutura decisória que promova a consideração integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável, [desenvolvimento econômico, responsabilidade social e proteção ambiental] em todos os domínios relevantes dos processos decisórios público e privado. (...) Estamos convictos de que políticas e medidas de economia verde podem oferecer oportunidades vantajosas para todos para aperfeiçoar a integração do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental para todos os países, independente da estrutura de sua economia e do nível de seu desenvolvimento.”²⁷

Não obstante as diferentes abordagens do conceito de economia verde nos documentos, um aspecto permeia todos eles: a necessidade de engajamento de todos os setores da sociedade para que esse modelo econômico seja possível:

“Assim, percebe-se que a economia verde e de baixo carbono é um esforço da sociedade, permeando vários níveis, desde organismos multilaterais que atuam nas políticas internacionais, passando pelas nações, setores econômicos até chegar aos indivíduos (consumidores). No âmbito empresarial, encontramos mudanças nos enfoques corporativos.”²⁸

²⁷ Idem, pp.4-5. (grifos nossos)

²⁸ SMITH; MENDES; MACEDO, *Op. cit.*, p. 5.

Observação similar está contida no documento *Economia Verde, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Estado de São Paulo*: “De caráter notadamente multissetorial e multidisciplinar, a agenda da Economia Verde inclui temas inovadores cujo processamento não pode prescindir de ampla cooperação entre atores de diferentes naturezas (...) [e] cooperação interinstitucional.”²⁹

O importante papel que o governo deve desempenhar para a transição também é mencionado nos documentos citados da ONU e do PNUMA:

“As opções políticas incluem, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimentos em infraestrutura verde, incentivos financeiros, reforma de subsídios, compras públicas sustentáveis, transparência das informações, e parcerias voluntárias.”³⁰ [ONU],

“Priorizar investimentos e gastos governamentais em áreas que estimulam o *esverdeamento* de setores econômicos é um caminho crítico. Corrigir subsídios onerosos e prejudiciais em todos os setores abriria espaço fiscal e liberaria recursos para a transição para uma economia verde.”³¹ [PNUMA]

Observação similar está contida no documento *Economia Verde, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Estado de São Paulo*: “O ativismo estatal é uma postura moderna da gestão pública baseada no reconhecimento do papel indutor do Estado, na busca pela antecipação a problemas e na pró-atividade na formulação de soluções.”³²

A ONU ressalta que os países com economias menos desenvolvidas necessitarão de apoio:

²⁹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL, *op. cit.* p.9.

³⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Op. cit.*, p 5.

³¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Op.cit.*, p.2.

³² SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP/ COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL, *op. cit.* p.15.

“Reconhecemos, entretanto, que os países em desenvolvimento enfrentam grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e que uma transição para economia verde exigirá ajustes estruturais que podem implicar em custos adicionais às suas economias. Nesse sentido, é necessário o apoio da comunidade internacional. (...) Observamos que a transição para a economia verde não deve ser uma ameaça para nenhum país, e sim uma oportunidade para todos eles. Assim, decidimos que os esforços internacionais para ajudar os países a desenvolver uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza não deve: a) criar novas barreiras comerciais; b) impor novas condicionalidades de ajuda e financiamento; c) aumentar as lacunas tecnológicas ou exacerbar a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento em países desenvolvidos; d) restringir o espaço político para que os países busquem seus próprios caminhos na direção do desenvolvimento sustentável”³³

O engajamento de toda a comunidade internacional no processo seria outro ponto nevrálgico “É importante fortalecer a governança internacional e mecanismos globais que apoiem a transição.”³⁴ A economia verde e o fortalecimento das instituições são os dois eixos temáticos da Rio+20, como será visto adiante, e a pesquisa amplia-se em 2012.

2.2.2. populações tradicionais e indígenas, unidades de conservação

Os assuntos estão interligados aqui pois foram trabalhados de forma conjunta nesse ano. Marcaram a discussão os dois seminários com professores de Antropologia a PUC SP,³⁵ destinados a todos pesquisadores do Projeto Temático Ecológica. A questão indígena como parte da gestão do território em que também se incluem as demais unidades de conservação, e a situação dos indígenas devido ao atual avanço do capital e da propriedade privada em suas terras foram os

³³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *op. cit.*, p 5.

³⁴ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, *Op.Cit.*p.2.

³⁵ Prof. Dr. Rinaldo Arruda e Prof^a Dr^a Lucia Helena Rangel.

assuntos apresentados e discutidos. Os indígenas, hoje, confinados em reservas acabam necessitando geri-las para diminuir sua dependência de assistencialismo externo. Exige-se que produziram para o mercado e mantenham seu modo de vida; repercutem neles os efeitos do consumo, inovação exterior e novos vínculos. Entram nesse momento ONGS e outras entidades que propõem projetos de gestão ou capacitação em gestão. Tais organizações se retro-alimentam e são mantidas com os recursos de tais projetos.

A instauração de modelos de gestão ambiental dos recursos naturais e humanos das reservas, com ou sem participação indígena, acaba por provocar mudanças unilaterais com saberes e estilos de vida mais tradicionais. Sem contar que a chegada de recursos de fora resulta no fortalecimento de lideranças com uma elite interna, o que faz com que o modelo de chefia nas aldeias muitas vezes não corresponde à dinâmica dos grupos indígenas. Uma nova colonização pós-demarcação de terras repagina as antigas estratégias coloniais de captura por meio de benefícios às lideranças facilitando sua nova *integração*, agora *compartilhada*, cujo preço por acatar a irreversível mudança, implica capturas e sujeições, mas evita-se ou contorna-se o extermínio. No entanto, cada caso deve ser visto em sua especificidade e no interior de estratégias próprias; exige-se atenção a soluções que proporcionem inclusões e reduções na *autonomia* dos próprios indígenas.

Um estudo específico, *Desenvolvimento hidrelétrico e Unidades de Conservação na Amazônia*, acompanhou essas questões referentes à chamada preservação e mostrou o conflito de duas políticas aparentemente antagônicas: proteção ambiental e desenvolvimento energético.

Em novembro de 2007, o Ministério de Minas e Energia publicou o *Plano Nacional de Energia 2030*, que pretende orientar as políticas energéticas no Brasil neste horizonte de tempo. Neste relatório, apresenta-se a produção hidrelétrica

como importante alavanca para o desenvolvimento do país, impulsionado pela independência energética. As regulações ambientais são tidas como entraves à exploração do potencial energético do país, na qual, de acordo com o Plano Decenal de Expansão Energética 2006-2015, a hidreletricidade deve ser priorizada.

“Ao tempo em que a expansão da geração hidrelétrica concentrava-se em países emergentes com grande potencial a explorar, cresciam também, e em escala mundial, as pressões ambientais contra esse tipo de fonte. Na verdade, tais pressões dirigiram-se contra as hidrelétricas de grande porte, do que é evidência a declaração, apresentada pela organização não-governamental International Rivers Network na conferência Renewables 2004, realizada em Bonn, Alemanha, pela qual pretendeu que fossem excluídas da classificação de fonte de energia renovável as usinas hidráulicas com potência superior a 10 MW.

Interessa notar que, de uma forma geral, países economicamente desenvolvidos apresentam uma taxa de aproveitamento de seu potencial hidráulico bastante superior à dos países em desenvolvimento. São notáveis as taxas de aproveitamento que apresentam França, Alemanha, Japão, Noruega, Estados Unidos e Suécia em contraste com as baixas taxas observadas em países da África, Ásia e América do Sul nesta, inclusive o Brasil, em que pese a importância da produção hidrelétrica nacional.

Essas pressões, portanto, afetam diretamente países em desenvolvimento, que demandam energia para seu desenvolvimento em volumes significativos e crescentes, e, em especial, China e Brasil, pelo importante potencial hidrelétrico de que ainda dispõem.”³⁶

Não apenas as pressões ambientais internacionais, mas também a legislação nacional é entendida como mecanismo que pode barrar o desenvolvimento nacional, sobretudo porque as áreas com potencial hidrelétrico a ser explorado coincidem com as áreas de prioridade em termos de proteção ambiental.

³⁶ MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME, EPE, 2007a p.159-160.

“Quando se tem em conta que dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto-de-vista ambiental, como o são a Amazônia e o Cerrado, e que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a aproveitar localizam-se nesses biomas, pode-se antever dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Essas dificuldades são ampliadas por uma abordagem que se apóia em uma ótica ultrapassada, pela qual projetos hidrelétricos, por provocarem impactos socioambientais, não podem constituir-se em elementos de integração e inclusão social, e também de preservação dos meios naturais.”³⁷

Ainda de acordo com este documento, o potencial hidrelétrico passível de aproveitamento do Brasil é de 126.000MW, dos quais 70% encontram-se nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia. No entanto, se excluídos os aproveitamentos que representem interferência direta em Parques ou Florestas Nacionais, chega-se a um potencial de 116.000 MW (ou 77.000 MW, se também for desconsiderado o potencial com interferências em Terras Indígenas). A hipótese do relatório é de que desconsiderar o potencial destas áreas pode acarretar na necessidade de produção energética com maiores impactos sócio-ambientais para suprir a demanda de consumo.³⁸

O relatório *Matriz Energética Nacional 2030*, publicado também em novembro de 2007 pelo Ministério de Minas e Energia em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), aponta que a geração hidrelétrica, que representava naquele momento 19% da oferta mundial, teria crescimento mundial de 59% até 2030 (citando a edição de 2007 do *International Energy Outlook*). Enquanto Estados

³⁷ Idem, p.160.

³⁸ No dia 12/1/2012, foi publicada no Diário Oficial a Instrução Normativa nº 1 da FUNAI, que estabelece a participação do órgão no processo de concessão de licenças ambientais para empreendimentos ou atividades que possam causar impacto socioambiental, realizadas no interior de Terras Indígenas ou seu entorno. De fato, tanto a Constituição brasileira quanto a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, exigem que seja feita consulta prévia com os povos possivelmente afetados por quaisquer empreendimentos para que estes sejam aprovados.

Unidos e Europa já teriam explorado cerca de 70% de seu potencial na área, este mesmo número seria o potencial ainda a ser explorado em países da América do Sul. No caso do Brasil, “computando as usinas em operação, as usinas em construção e os aproveitamentos cuja concessão já foi outorgada pode-se considerar que cerca de 30% do potencial hidrelétrico brasileiro já está desenvolvido,”³⁹ sendo as regiões Norte (com 9% do potencial já desenvolvido) e Centro-Oeste (com 31%) do país aquelas onde se concentra o potencial a ser explorado. Tratam-se justamente das regiões onde estão a Amazônia e o Cerrado.

Nota-se, portanto, a coincidência de duas políticas aparentemente antagônicas nas mesmas áreas: proteção ambiental e desenvolvimento energético.

Considerando os dois documentos citados até agora, não surpreende que, por meio de Medida Provisória publicada em 9/1/2012 (MP558/2012), os limites de três Parques Nacionais, três Florestas Nacionais e uma Área de Proteção Ambiental na Amazônia tenham sido alterados visando à viabilização de hidrelétricas, excluindo um total de 91.308 hectares das sete Unidades de Conservação. As alterações teriam em vista a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira; da UHE Tabajara, em Rondônia, e do Complexo Tapajós, no Pará.

Desde maio de 2011 já vinham sendo publicadas notícias que apontavam para esta possibilidade. O Instituto Socioambiental noticiou que a Medida Provisória nº 542, publicada em agosto de 2011, já havia aberto precedentes para a alteração de UCs, alterando os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari.⁴⁰

³⁹ MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007b. *Matriz Energética 2030*. Brasília: MME, EPE., p.24.

⁴⁰ INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL- ISA, Notícias: 13/01/2012 “Dilma reduz Unidades de Conservação na Amazônia para viabilizar hidrelétricas”.. Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3490>, acesso em 13 de janeiro de 2012.

De acordo com a Lei nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza -SNUC, ficam estabelecidos duas categorias de UCs: Unidades de Proteção Integral, onde é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (nas quais se enquadram os Parques Nacionais) e Unidades de Uso Sustentável, nas quais se pretende “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (categoria da qual fazem parte as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental). Na página *Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira*, no sítio do ISA, em um artigo assinado por Raul Silva Telles do Vale, observa-se que, de acordo com esta legislação, apenas as Unidades de Uso Sustentável seriam passíveis de discussão a respeito da implantação de hidrelétricas:

Parece-nos que a instalação de uma UHE atenta contra o objetivo de se garantir a perenidade dos recursos naturais e dos processos ecológicos, o que significa que, também para essas unidades, com exceção das APAs (em determinados casos), não se deveria permitir a construção desse tipo de empreendimentos. No entanto, um polêmico decreto de abril de 2010 (Decreto Federal 7154), a título de regulamentar o SNUC [Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza], previu a possibilidade de instalação de linhas de transmissão em UCs de uso sustentável (art.8º), de qualquer tipo, desde que elas não descaracterizem o conjunto de atributos ambientais que justificaram sua criação ou afetem as atividades nela previstas por lei (como é o caso de reservas extrativistas, por exemplo). Em nosso entendimento isso vem reforçar a tese de que o próprio empreendimento hidrelétrico não pode ser instalado, já que a norma se refere explicitamente apenas às linhas de transmissão. Mas seguramente esse será um assunto a ser bastante debatido no futuro, notadamente porque esse decreto anuncia o interesse do Governo em avançar sobre as UCs na expansão do parque hidrelétrico.

No que se refere às Terras Indígenas, tanto a Constituição Federal do Brasil quanto a Convenção nº 169/1989 sobre povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, exigem a garantia do direito à consulta prévia às populações afetadas por empreendimentos e atividades econômicas para que tais projetos sejam aprovados.⁴¹ No entanto, organizações indigenistas, como o Instituto Socioambiental e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB assinalam o descumprimento sistemático desta prerrogativa em projetos de grande porte, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.⁴²

Em 12/1/2012, a FUNAI publicou a Instrução Normativa nº1 que estabelece a participação do órgão nos processos de concessão de licenças ambientais para projetos que tenham impacto sobre Terras Indígenas e seu entorno. Conforme esperado, a medida foi recebida como um entrave inaceitável ao desenvolvimento econômico do país.⁴³ Menos de um mês depois, a publicação da Portaria nº 116/2012⁴⁴ da Funai aponta para ampliação da participação dos próprios indígenas nos processos de demarcação de suas terras, algo que pode resvalar para a maior possibilidade de ação dos indígenas no âmbito institucional, também no que se refere a outras questões.

A observação dos desdobramentos da implantação de hidrelétricas em Unidades de Conservação e Terras Indígenas será importante para entendermos de

⁴¹ O Artigo 15 da Convenção OIT 169 diz que o governo está obrigado a consultar os povos indígenas antes de empreender ou autorizar qualquer programa de exploração dos recursos existentes em suas terras. Mais informações no artigo “Consulta livre, previa e informada na Convenção 169 da OIT”. Disponível em http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=node/21, acessado em 7 de março de 2012.

⁴² “OIT diz que governo violou Convenção 169 no caso de Belo Monte”. Notícia de 6 de março de 2012. Disponível em: www.coiab.com.br Acessado em 7 de março de 2012.

⁴³ Ver, por exemplo, ROSENFELD, Denis. “Funai e meio ambiente” in *O Estado de São Paulo*, 30/1/2012.

⁴⁴ “nº 116/2012”. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=27&data=15/02/2012> Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

que maneira proteção à biodiversidade, garantia dos direitos das populações tradicionais e indígenas e exploração energética serão equacionados em nome do desenvolvimento sustentável.

2.2.3. mudanças climáticas

O tema tem sido especificamente trabalhado na Iniciação Científica de Matheus Graciani dos Santos, intitulada *. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas enquanto agente político internacional* orientada pela Prf^a Dr^a Salete Magda de Oliveira. O objetivo da pesquisa é mostrar a *“relação estreita entre o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima) e os principais tratados internacionais de redução na emissão de gases nocivos ao meio ambiente. Seu foco é esclarecer a participação de um órgão científico enquanto agente político no combate ao aquecimento global.”*⁴⁵

A questão climática destaca-se em diversas políticas ambientais e em iniciativas da economia verde, sendo um balizador da sustentabilidade planetária. O Brasil instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima PNMC, pela Lei N^o 12.187, de 29 de dezembro de 2009. O Artigo 12 promete: *“Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020.”*⁴⁶

⁴⁵ Matheus Graciani dos SANTOS. *O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas enquanto agente político internacional*. orientador: Salete Magda de Oliveira, Relatório Parcial de dezembro de 2011, PUC SP.

⁴⁶ “Lei 12187/2009” Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm

2.2.4 governamentalização da Amazônia

No começo do século XXI, a Amazônia configura-se como capaz de evidenciar aspectos decisivos do cerne da ecopolítica: o controle do planeta. A Amazônia foi, no caso do Brasil, o primeiro alvo de um programa de sensoriamento remoto, o projeto RADAM, feito em conjunto com a NASA, a agência espacial dos Estados Unidos, a partir de 1965. A descrição dos espaços pelo sensoriamento remoto (não mais apenas descrição da população com as estatísticas da biopolítica, mas o espaço com ou sem populações humanas, remetendo à constituição da noção atual de meio ambiente) alterou a percepção e as práticas de controle. Uma única imagem carrega informações sobre população, recursos minerais do território, relevo, rios, cobertura vegetal. As ações decorrentes dessas informações ultrapassaram o governo da população e se voltaram para previsões dos efeitos do uso e/ou preservação de rios, áreas de minérios, vegetação, associados a planos de governo nacionais e internacionais. Uma das vertentes da pesquisa entra na questão das análises propiciadas por essa tecnologia na Amazônia, hoje aperfeiçoadas com satélites e respondendo também a programas de segurança de fronteiras. Investigar a governamentalidade da Amazônia possibilita operacionalizar os objetivos da pesquisa com documentos significativos para a ecopolítica. Aqui são apresentadas algumas anotações de uma pesquisa para um estudo sobre o tema a ser apresentado no 54º Congresso dos Americanistas ICA, em Viena, a ser realizado de 15 a 20 de julho de 2012.⁴⁷

⁴⁷ Resumo da comunicação “*Governamentalização da Amazônia*” de Beatriz Scigliano Carneiro, disponível em http://ica2012.univie.ac.at/index.php?id=118023&no_cache=1&tx_univietablebrowser_pi1%5Bwords%5D=Carneiro&tx_univietablebrowser_pi1%5Bsf%5D=5&tx_univietablebrowser_pi1%5Bbackpid%5D=116622&tx_univietablebrowser_pi1%5Buid%5D=8808

A ocupação da região amazônica decorre de quatro grandes fases. A primeira consiste na ocupação pelos ameríndios, desde o período pré-colombiano. A partir do século XVII, a região amazônica passou a ser explorada esporadicamente por europeus: ingleses, holandeses, além dos espanhóis e portugueses, que entravam pela foz do Rio Amazonas e se distribuíaam por seus afluentes. Extração de madeira, das “drogas do sertão”, (urucum, canela, guaraná, alguns tipos de pimenta) apresamento de índios, garimpo esporádico, eram as atividades mais comuns das aldeias, vilas e missões religiosas ao longo dos grandes rios amazônicos. Parte da região a oeste da atual Belém do Pará, situava-se do lado espanhol do Tratado das Tordesilhas. Todavia, a posse colonial portuguesa se consolidou devido a incursões de exploração rios acima e do apoio a missões religiosas que ocupavam as margens dos rios.

Em meados do século XIX, com o Brasil independente, investiu-se na ocupação econômica sistemática da região mediante a borracha, produto extraído de árvores nativas, para atender mercados das potências econômicas estrangeiras em plena revolução industrial. Este ciclo teve seu auge nas primeiras décadas do século XX, seguido de uma profunda decadência e um breve ressurgimento durante a segunda guerra mundial. Além da borracha, outros produtos como castanhas e essências nativas, empregavam a mão de obra em atividades extrativistas.

O padrão de ocupação por trabalhadores extrativistas em geral e especificamente dos seringueiros se alterou desde o período de decadência da borracha pós II Guerra. A atividade se manteve, mesmo sem o antigo dinamismo, e sem as pressões de um rígido “sistema de aviamento”.⁴⁸ Atualmente, a atividade

⁴⁸ O sistema de aviamento baseia-se no endividamento prévio e posterior dos trabalhadores mediante uma complexa rede de comércio e bens de consumo e instrumentos de trabalho.

extrativa da borracha continua declinando: em 1990, produzia-se na região Norte, 23.958 toneladas de borracha, já em 2010, apenas 3.504 toneladas.⁴⁹ No entanto, a população descendente dos seringueiros, conta hoje, com iniciativas de respaldo legal e proteção ao seu modo de vida e permanência no território, como a criação de Reservas Extrativistas, dentro do Sistema de Unidades de Conservação SNUC.

A terceira fase decorre de uma política de ocupação do oeste e das fronteiras territoriais do Brasil, estabelecida desde meados do século XX. A construção de Brasília, a rodovia que liga a nova capital federal a Belém foram marcos do início dessa fase de ocupação, intensificada pelas políticas da ditadura civil-militar, instaurada a partir de 1964. Nos anos 1970, abre-se a rodovia Transamazônica, a rodovia Cuiabá-Porto Velho e iniciam-se obras de aproveitamento hidrelétrico, como Tucuruí e Balbina, com o alagamento de extensas áreas e expulsão de indígenas de suas terras. Na capital do Amazonas, Manaus, foi implantada a chamada Zona Franca, atraindo indústrias para a região. O território foi alvo de ações de colonização agrícola realizada por empresas estatais, privadas ou mistas. Migrantes oriundos de outras áreas do Brasil, especialmente do sul, com modo de vida diferente dos extrativistas e dos dispersos posseiros locais, passaram a conviver com estes em espaços contíguos, também habitados por índios, acentuando conflitos.

A quarta fase, iniciada em final dos anos 1980, marca-se pelo estabelecimento de projetos socio-ambientais alternativos, áreas de conservação, e empreendimentos econômicos envolvendo estratégias de conservação florestal, ao lado da retomada de incentivos voltados à mobilização de recursos naturais,

⁴⁹ Fonte: IBGE. Quantidade da Produção de Extração Vegetal e Silvicultura. Dados disponíveis em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=289&z=t&o=18&i=P>

incremento de infra-estrutura e negócios.⁵⁰ Projetos de proteção Florestal e da biodiversidade com foco na sustentabilidade da população local surgem simultaneamente a sistemas de informação de ponta ou projetos, como o Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM. A defesa da biodiversidade se alia a grandes negócios, os econegócios, alguns com apoio do Banco Mundial e outras instituições internacionais. Nesses segmentos as populações nativas e “tradicionais” são também chamadas para participar com a extração de seus produtos, integrando-se assim no circuito econômico mundial mais avançado.

A criação de uma malha sócio-ambiental deu-se de um modo repentino. Segundo Becker, “foi um processo espantoso, como em poucos anos, os grandes conflitos foram em parte transformados em demandas organizadas por grupos sociais diversos, que incluem seringueiros, indígenas, pequenos produtores e muitos outros.”⁵¹ Essa mudanças podem ser atribuídas a efeitos da movimentação em torno da proteção ambiental e da promoção do desenvolvimento sustentável que estava sendo discutido internacionalmente — o relatório *Nosso futuro comum* de 1987 foi discutido por pelo menos uns cinco anos, com a presença entre outros, de pesquisadores ligados às áreas indígenas e extrativistas amazônicos — e nacionalmente, com os debates em torno da Constituinte, promulgada em 1988, e as lutas dos extrativistas da borracha, como Chico Mendes, para manterem suas terras e seu modo de vida.

A dinâmica territorial da região amazônica caracteriza-se pelas modalidades de uso da terra, onde entram as unidades de conservação, incluídas as reservas extrativistas e terras indígenas, e áreas destinadas ao agro negócio; e também pelo

⁵⁰ B. BECKER. *Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond. 2006, p.28.

⁵¹ B. BECKER, Amazônia, mudanças estruturais e urbanização. In BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A. C.; GONÇALVES, Maria Flora (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões; o desafio urbano-regional*. São Paulo:UNESP/ANPUR. 2003, p.653.

povoamento marcado por uma urbanização de pequenas e medias cidades criando o que Becker denominou “floresta urbanizada.”⁵² O rural e o urbano assumem características próprias em que a distinção cidade/campo não é acentuada nem polarizada.

A delimitação da região amazônica conta com três critérios. Hidrogeograficamente, a Amazônia delimita-se pela bacia de drenagem do rio Amazonas e mede aproximadamente 6,6 milhões de quilômetros quadrados, drena sete países e ocupa 40% da área total da América do Sul. Em termos biogeográficos, o conjunto dos ecossistemas que compõem o bioma da Amazônia abrange uma área de 6,9 milhões de quilômetros quadrados.⁵³ Há a Amazônia política que no Brasil inclui Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e parte do Maranhão, cuja gerência cabe ao Governo Federal nos assuntos que atravessam fronteiras dos estados e exijam acordos internacionais.

A noção de Amazônia legal é um conceito político administrativo criada em 1953, no governo de Getúlio Vargas, junto com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para promover o desenvolvimento e a integração da Região à economia nacional mediante a produção agropecuária. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Em 1977, criou-se o estado do Mato Grosso do Sul e o estado do Mato Grosso continuou a fazer parte da Amazônia Legal. Com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, é criado o estado do Tocantins, e os territórios

⁵² Idem, idem.

⁵³ A. CARNEIRO Filho; O. Braga de SOUZA. *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2009, p. 8.

federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados. Em 2001, extinguiu-se a SUDAM e se criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. Em 2007, extinguiu-se a ADA e recriou-se a SUDAM⁵⁴, uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Integração Nacional.

Internacionalmente, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 1978, pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, para promover ações conjuntas para a Bacia do rio Amazonas com o compromisso de preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais amazônicos. Em 1995, os oito Estados decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado e institucionalizar a aproximação entre países da América Latina. A Secretaria Permanente se estabeleceu em Brasília em dezembro de 2002. As metas do tratado são assim resumidas *“A OTCA tem a convicção que a Amazônia, por possuir um dos mais ricos patrimônios naturais do Planeta, é estratégica para impulsionar o futuro desenvolvimento de nossos países e da região; um patrimônio que deve ser preservado, mas essencialmente, promovido, em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável.”*⁵⁵ Entre os pontos do seu Plano Estratégico 2004-2012 estão a manutenção da floresta em pé e da qualidade da água, defesa das populações indígenas e intercâmbio tecnológico e científico no que se refere à biodiversidade e ações para seu aproveitamento sustentável, entre as quais se incluem o turismo.

No Brasil, em 2002, ligado à Presidência da República foi criado o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), operacionalizado pela Casa Civil, no sentido

⁵⁴ <http://www.sudam.gov.br/>

⁵⁵ “Organização do Tratado de Cooperação Amazônica” www.otca.org.br

de integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira. O SIPAM passou a gerir as instalações do Sistema de Vigilância do Amazonas – SIVAM, que assim se transferiu do Ministério da Defesa para a Presidência.

O Sistema de Informação e Vigilância do Amazonas - SIVAM surgiu da iniciativa do exército brasileiro no final dos anos 1980, dentro de uma concepção ampliada de segurança nacional. Não bastaria a presença de bases militares e contingente humano nos locais a serem defendidos, seriam necessárias informações detalhadas sobre os vários aspectos da vida amazônica para assim se estabelecerem políticas eficazes não só de defesa do amplo território, mas também de prevenção de riscos e de respostas às demandas sócio ambientais.

As discussões em torno da implantação do SIVAM remontam ao início da década de 1990, quando um grupo do Ministério da Aeronáutica iniciou os estudos para a concepção de um sistema de vigilância e defesa da Amazônia, junto com a Secretaria de Assuntos Estratégicos e Ministério da Justiça. Dois anos depois, o projeto foi anunciado oficialmente durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, demonstrando a intenção de articular um plano de segurança militar às questões ambientais. Em 1997, iniciou-se a construção de obras de infra-estrutura e em 2002, começaram as operações do projeto. Trata-se de um sistema de telecomunicações que usa satélites e sensores terrestres para organizar o tráfego aéreo e mapear toda a região, suas bacias hidrográficas, a diversidade da flora, as jazidas e outras reservas naturais, principalmente de minérios. Possui três Centros de Operação, em Porto Velho, Manaus e Belém, além da sede em Brasília. O sistema utiliza dados gerados por uma complexa infra-estrutura tecnológica, composta por subsistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas

e plataformas de dados, instalada em vários pontos da Amazônia. Graças a este aparato, o Sistema de Proteção da Amazônia é capaz de promover o completo monitoramento da região e produzir informações em tempo próximo do real. No entanto, notícias apontam para uma sub-utilização dessa tecnologia.⁵⁶

O Ministério da Defesa mantém o projeto Calha Norte, criado em 1985, cujo “objetivo principal é de contribuir com a manutenção da soberania na Amazônia e contribuir com a promoção do seu desenvolvimento ordenado”.⁵⁷ O programa antes restrito a municípios de fronteiras hoje abrange 194 municípios de estados da Região Norte. Entre as realizações principais estão implementação de obras de infra-estrutura, compra de equipamentos, implantação e manutenção de unidades militares e apoio a populações carentes e isoladas. Estas ações são executadas mediante convênios com prefeituras, estados e o Ministério de Defesa no sentido de se transferir recursos para as Forças Armadas. Atualmente busca ampliar sua atuação para além da vigilância de fronteira e apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável em parceria com outros órgãos e associações da sociedade civil.⁵⁸

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1993, como Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, junto com a Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA. Esta tinha como atribuição implementar as políticas do Ministério para a Região Amazônica e exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional da Amazônia Legal -CONAMAZ, presidido pelo Presidente

⁵⁶ “Amazônia: Grandes reportagens” <http://www.estadao.com.br/amazonia/index.htm>

⁵⁷ Programa Calha Norte. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-e-projetos/programa-calha-norte.html>. Acessado em 3 de maio de 2011.

⁵⁸ Uma descrição do Programa Calha Norte atualizada em de janeiro de 2011, está disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011/calh_norte_2011.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2012.

da República e composto por todos os Ministros e Governadores dos 9 estados da Amazônia Legal. A reforma administrativa de 1999 renomeou o ministério para Ministério do Meio Ambiente, mas manteve a SCA como uma de suas cinco secretarias. Na estrutura regimental de 2007, a Secretaria da Amazônia foi dissolvida (Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007). Hoje, dentro do MMA, o Departamento de Articulação de Políticas para a Amazônia e Controle do Desmatamento reuniu o DPCD - Departamento de Políticas para o combate do Desmatamento e o DAAM - Departamento de Articulação de Ações da Amazônia.

Em 1 de dezembro de 2010, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal brasileira – Macro ZEE foi aprovado pelo Decreto Federal 7378.⁵⁹ O decreto conta com um anexo referente a diagnóstico, estratégias de gestão territorial e uma avaliação dos planos incidentes na Amazônia, com bibliografia, glossário e mapas.⁶⁰ É coordenado pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão do Ministério de Meio Ambiente.

A gestão da Amazônia é feita por programas intersetoriais, que envolvem órgãos diversos, ministérios e instâncias estaduais e municipais e organizações empresariais e não governamentais em torno de pontos em comum. Com a proximidade da Rio+20, esses setores tem se organizados para a elaboração de propostas visando redefinir o quadro institucional e os objetivos das ações envolvendo a Amazônia. No âmbito da ciência e tecnologia será discutido um documento, elaborado em 2008, pela Academia Brasileira de Ciências: *Amazônia. Desafio brasileiro do século XXI: a necessidade de uma revolução científica e tecnológica*.⁶¹

⁵⁹ Mapa disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=225>

⁶⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm, acessado em 7 de janeiro de 2011

⁶¹ ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Amazônia Desafio brasileiro do século XXI: a necessidade de uma revolução científica e tecnológica*. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008. Disponível em <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-20.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2011.

Os governadores dos estados amazônicos buscam elaborar documentos para apresentar na Conferência da ONU.

2.2.5 Preparativos para a Rio + 20

Em 2012, vinte anos depois da Conferência da Organização das Nações Unidas ONU sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, o Rio de Janeiro voltará a sediar a Cúpula da Terra, a Rio 2012, intitulada Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, ou UNCSO Rio+20⁶². Paralela a Rio 2012, ocorrerá a Cúpula dos Povos para o Desenvolvimento Sustentável, evento independente da ONU e dos governos, com a participação de associações e redes de organizações não governamentais e movimentos sociais, em uma iniciativa similar ao Fórum Social Global, realizado durante a Eco-1992.⁶³

Nos vinte anos entre as duas Conferências do Rio: a Rio 92 e Rio+20, há uma maior organização institucional em torno do tema meio ambiente. Ao mesmo tempo, observa-se um deslocamento em direção ao incremento do dispositivo da sustentabilidade. O Desenvolvimento Sustentável fora o assunto da Conferência da ONU de 2002, em Joanesburgo,⁶⁴ O tema vem sendo recortado da questão ambiental por meio da implantação de programas a partir de decisões discutidas em diversos outros encontros internacionais, com destaque para a implantação da Agenda 21 e programas do PNUD⁶⁵. Dentre os encontros para o estabelecimento de metas, em 2000, a ONU estabeleceu na Assembléia do Milênio, oito Objetivos⁶⁶, que *“providenciam uma moldura para todo sistema da ONU trabalhar junto*

⁶² UNCSO é a sigla da United Nations Conference on Sustainable Development.

⁶³ http://vitaecivilis.org/rio2012/images/stories/convoca_rio2012.pdf

⁶⁴ http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/joanesburgo.pdf

⁶⁵ <http://www.pnud.org.br/odm/>

⁶⁶ <http://www.objetivosdomilenio.org.br>

coerentemente em direção a uma finalidade comum.”⁶⁷ Os objetivos sintetizaram e consolidaram várias metas estabelecidas em encontros não apenas referentes ao meio ambiente, e os Estados se comprometeram a alcançá-los até 2015.⁶⁸ Em relação ao sétimo objetivo “Garantir a sustentabilidade” há quatro metas específicas: desenvolvimento sustentável e reversão da perda de recursos; proteção da biodiversidade; o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário; melhoria de bairros degradados.⁶⁹

Como nas demais conferências, desde a decisão anunciada, em 2009⁷⁰, iniciou-se uma série de reuniões preparatórias no âmbito da ONU, dos governos, de associações, com a respectiva elaboração de documentos, cuja conclusão e comprometimento efetivo com as metas discutidas acontecerão no decorrer da Cúpula. A ONU convocou os agentes da chamada “*sociedade civil organizada*” para a elaboração e discussão de propostas voltadas para os temas definidos para o encontro, a saber: a economia verde inserida no contexto da sustentabilidade e a erradicação da pobreza; a implementação dos acordos feitos em outras cúpulas de desenvolvimento sustentável; “*formas sustentáveis de governança*” global e local, e questões emergentes⁷¹, como o nexo interligando segurança mundial e meio-ambiente.⁷²

⁶⁷ “Concept Notes supporting national preparations for UNCSD 2012”, Disponível em <http://www.uncsd2012.org/un-system/files/natl-prep/support-natl-prep1.pdf>

Acessado em 8 de fevereiro de 2010.

⁶⁸ <http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/19>

⁶⁹ “Metas do Milênio” http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7/

⁷⁰ “Resolução da Assembleia Geral da ONU” A/RES/64/236, de 24 de dezembro de 2009. Essa e todas as demais resoluções da ONU desde 1946, estão disponíveis no site <http://www.un.org/documents/resga.htm>

⁷¹ Felix DODDS, *De Estocolmo 1972 à Rio 2012*. in Revista ECO-21 Edição 162. Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.aspr?ID-2205>, acessado em agosto 2010. Felix Dodds é o Diretor executivo do Fórum dos Stakeholders.

⁷² Maurice STRONG e Felix DODDS. *Reviving the spirit of Rio*. BBC News 27 de abril de 2010. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/8645486.stm>. Acessado em 1 de setembro de 2010.

O oferecimento do Rio como sede da Cúpula da Terra de 2012 foi feito em 2007, pelo então Presidente Lula em seu discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU, em 25 de setembro.⁷³ Um ano depois, a realização da conferência recebeu o apoio da China e dos países do G-77.⁷⁴ Segundo Felix Dodds, *“pela primeira vez, países em desenvolvimento se pronunciaram no que diz respeito a um encontro para discutir as questões de desenvolvimento sustentável.”*⁷⁵ As expectativas em relação ao evento são altas; segundo Maurice Strong e Felix Dodds, o encontro *“proverá o tão necessário momento da cooperação internacional, não apenas quanto ao ambiente e desenvolvimento sustentável, mas também em relação aos problemas que escoram a crise financeira global.”*⁷⁶ Os autores reconhecem que muitos problemas de hoje já compunham a agenda do debate da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e estes se tornaram mais apurados, *“não por falta de comprometimentos dos governos, mas pela fraca atuação em implementar seus acordos”*⁷⁷ Um dos destaques da futura Cúpula é uma avaliação da implantação e dos resultados dos programas voltados para a sustentabilidade durante a última década e principalmente o fortalecimento de uma “governança” transnacional.

Esses dois autores têm amplo conhecimento e participação em conferências ambientais da ONU e outros órgãos internacionais. Maurice Strong foi o organizador da Conferência de Estocolmo em 1972 e da ECO-92, o primeiro diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Atualmente sua

⁷³ Texto completo do discurso do Presidente Lula disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u331252.shtml> Acessado em 31 de janeiro de 2010.

Vídeo disponível em <http://www.un.org/webcast/ga/62>

⁷⁴ Documento ONU: A/C 2/63/L.27 Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N08/586/40/PDF/N0858640.pdf?OpenElement>

Acessado em 31 de janeiro de 2011.

⁷⁵ Felix DODDS. Op. Cit.

⁷⁶ Maurice STRONG e Felix DODDS. Op. Cit.

⁷⁷ Idem.

participação no evento tem sido a de um Conselheiro Sênior. Por sua vez, Felix Dodds é o atual diretor do Stakeholder Forum para um Futuro Sustentável, uma organização que foi a sede do PNUMA em Londres, mas se tornou uma organização internacional independente atuando na interface da “sociedade civil organizada” e seus múltiplos grupos de interesse (*stakeholders*) e as Nações Unidas.⁷⁸ Em relação à Rio+20, a organização tem procurado aglutinar e orientar os denominados segmentos majoritários (*Major Groups*) para que participem ativamente por meio de representantes. *Major Groups* são os nove grupos de *stakeholders*⁷⁹ definidos na seção III da Agenda 21, documento seminal da Eco 92, a saber: mulheres; crianças e jovens; populações indígenas; organizações não governamentais; autoridades locais; trabalhadores e sindicatos; comércio e indústria, inclusive as empresas transnacionais; a comunidade científica; e, por fim, os agricultores, categoria que inclui os pescadores e os extrativistas.

Uma publicação lançada pelo Programa de Governança para o Desenvolvimento Sustentável do Fórum dos *Stakeholders* –2012, durante o Encontro Intersessional sobre a Rio+20, realizado na ONU, deixa a questão política da Conferência em grande evidência:

“Agora, pela primeira vez desde a Cúpula da Terra Rio-92, foi aberta uma clara oportunidade política de reformular as instituições voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento. Espera-se que a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável no Rio em 2012 tome decisões sobre a governança sob a rubrica ‘moldura institucional do desenvolvimento sustentável’, um dos temas centrais da Conferência. Mesmo uma decisão de não reformar terá conseqüências duradouras e moldará as ações da comunidade global pelos próximos vinte anos.”⁸⁰

⁷⁸ Site Oficial do Fórum dos *Stakeholders*: <http://www.stakeholderforum.org/sf>

⁷⁹ Lista dos *stakeholders*: www.earthsummit2012.org/index.php/mg

⁸⁰ Maria Ivanova. *Global Governance in the 21: rethinking the environmental pillar*. sdg2012-Stakeholders Forum’s Sustainable Development Governance Program , p.5.
Disponível em

A preparação do encontro tem mobilizado vários órgãos internacionais, fóruns e governos e a movimentação em torno das atividades, a agenda, os documentos que vão sendo gerados podem ser acompanhados no site oficial do evento.⁸¹

A Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável acontecerá na cidade do Rio de Janeiro entre 20 e 22 de Junho deste ano. Será precedida da terceira e última reunião preparatória, a Prepcom3, entre dia 13 e 15 de junho da qual sairá a versão última do documento a ser discutido na Cúpula e nas rodadas de debates e consultas informais realizadas dias antes da abertura junto com eventos paralelos.⁸² Dois temas centrais serão discutidos na conferência: 1) *A transição para uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza*; 2) *O quadro institucional (instrumentos de governança) para o desenvolvimento sustentável*⁸³.

A reunião plenária de abertura acontecerá no dia 20 de junho às 10 da manhã, onde serão eleitos, o Presidente da Conferência e os funcionários, assim como o estabelecimento de um Comitê Principal e a indicação de membros do Comitê de Credenciais e disposições sobre a preparação do relatório da Conferência. (...) A programação das reuniões estará disponível diariamente no “*Journal of the United Nations*”.⁸⁴ Em paralelo às reuniões, acontecerão “quatro mesas redondas de alto nível” que terão como tema comum: “olhando para frente

http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/IEG%20Paper-Ivanova-Final%20_2_.pdf.

Acessado em 1 de fevereiro de 2011.

⁸¹ <http://www.uncsd2012.org/>

⁸² “Cronograma da Rio+20” <http://radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=22&idmenu=28>

⁸³ Resolução ONU GA 64/236” disponível em www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml acessado em 16 de fevereiro de 2012.

⁸⁴ *Informações preliminares aos participantes da Rio+20*, Disponível em inglês em www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/350Information_note_19_Jan.pdf Acessado em 18 de fevereiro de 2012.

na implementação dos resultados esperados da conferência”⁸⁵. Serão compostas por dois Co-presidentes e um relator que serão indicados pelo presidente da Conferência entre as autoridades participantes⁸⁶. Terá também 70 cadeiras, sendo 50 reservadas para delegações governamentais e 20 para os outros participantes, inclusive para os membros dos *Major Groups* (segmentos majoritários).

O desenvolvimento sustentável requer que os *Major Groups* [segmentos majoritários] – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústrias, a comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem um papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando seus conhecimentos específicos e *know-how* prático na elaboração de políticas nacionais e locais⁸⁷.

O *Major Group* das mulheres tem como órgão de coordenação *As Mulheres da Rio 2012* com base na Holanda, Alemanha e França; é uma rede internacional de

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Poderão participar da conferência:

- (a) Representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas;
- (b) A Santa Fé (Vaticano), na qualidade de Estado Observador; a Palestina, na qualidade de observador; e a União Europeia, na qualidade de observador;
- (c) Representantes de organizações intergovernamentais e outras entidades que tenham recebido convite permanente da Assembleia Geral para participar das sessões e nos trabalhos de todas as conferências internacionais convocadas sob seus auspícios na qualidade de observadores de acordo com as regras de procedimento da Conferência;
- (d) Outras organizações intergovernamentais relevantes que foram credenciadas para Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, bem como organizações relevantes das Nações Unidas;
- (e) Representantes de outras organizações aprovadas pela Assembleia Geral para participar da Conferência;
- (f) Organizações não governamentais e outros segmentos majoritários que estão atualmente em status consultivo com o Conselho Econômico e Social como organizações não governamentais, incluindo aquelas no rol da lista da Comissão de Desenvolvimentos Sustentáveis;
- (g) Organizações não governamentais e outros segmentos majoritários aprovados pela Assembleia Geral para participar da conferência. (idem).

⁸⁷ *Organização das Nações Unidas: o futuro que queremos*. Apresentado pelos Co-Presidentes em nome do Departamento de acordo com a decisão tomada na Prepcom2 para divulgação do esboço inicial do documento de resultados de consultas e estudos para ser analisado pelos Estados-Membros e outros *stakeholders*. Disponível em http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

mulheres trabalhando em questões do desenvolvimento sustentável. Reúne 100 organizações membro e membros individuais que se interessam em fortalecer o papel das mulheres e promover uma abordagem de gênero e direitos fundamentais na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.⁸⁸

O *Major Group* para crianças e jovens é composto por “jovens a fim de decidir sobre o próprio futuro”⁸⁹. A organização destes jovens é coordenada pela Rio+Twenties, uma organização liderada por jovens, baseada no trabalho voluntário, que “está ajudando a criar uma plataforma para a participação ativa da juventude na Rio+20”⁹⁰. Ben Vanpepestraeta da Bélgica, Brandon Coolseat da Bélgica, Felix Beck da Alemanha, Michaela Hagenboon da Holanda, Pieter Jan da Bélgica, Sabá Lofns da Irlanda e Sébastien Duyce da França são os organizadores da Rio+Twenties. Esta é responsável pela formulação de um documento contendo as perspectivas de jovens de todas as regiões do planeta que contribuíra nas decisões em torno da Rio+20. Além da Rio+Twenties, a organização do *Major Group* para crianças e jovens conta com a participação da CSD Youth Caucus, uma rede internacional de jovens que participam regularmente da comissão da ONU sobre desenvolvimento sustentável.⁹¹

O *Major Group* para povos nativos é coordenada pela *Indigenous Peoples International Center for Policy and Education*, uma organização que considera os povos indígenas e seus conhecimentos tão importantes quanto a ciência para monitorar e definir indicadores em benefício do desenvolvimento sustentável⁹².

⁸⁸ <http://www.rio20.info/2012/mulheres>

⁸⁹ <http://rioplustwenties.org> Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹⁰ <http://www.rio20.info/2012/criancas-e-jovens>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹¹ <http://www.youthcaucus.net/rioplus20>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹² www.tebtebba.org Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

O *Major Group* para negócios e indústria conta com a coordenação da Basd2012 (coordenadora oficial das Nações Unidas dos negócios e da indústria). É a coalizão dos principais grupos de empresas internacionais, comprometidos com o desenvolvimento sustentável com o objetivo de: a) incentivar as empresas de todos os tamanhos a abraçar os princípios da sustentabilidade consagrados no Pacto Global da ONU,⁹³ b) reconhecer o progresso feito em direção ao desenvolvimento sustentável nos últimos 20 anos, c) reconhecer a necessidade de acelerar os esforços a fim de alcançar a sustentabilidade d) aumentar a contribuição de conferências para tornar os mercados sustentáveis e inclusivos.⁹⁴

O *major group* para agricultores é coordenado pela *Copa- European Farmers* (comitê das organizações de agricultores profissionais da União Européia) e pela *Cogeca- European Agri-cooperatives* (comitê geral de cooperativas de agricultores e pescadores da União Européia). Representam os interesses particulares e gerais dos fazendeiros e das cooperativas de agricultores e pescadores da União Européia⁹⁵.

O *major group* para líderes de governo local (denominadas autoridades locais) é organizado pela *Local Governments for Sustainability -ICLEI*,⁹⁶ uma organização com mais de 1220 governantes locais associados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.⁹⁷ Esses líderes são considerados elementos-chave no processo decisório da conferência pois representam um nível de governo mais próximo das pessoas.

⁹³ Pacto Global é uma iniciativa da ONU, datada de 1999, para estimular e encorajar o setor empresarial a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade por meio de um compromisso da parte de empresas, sindicatos, ONGs em adotar dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. <http://www.pactoglobal.org.br/>

⁹⁴ Disponível em www.basd2012.org. Acessado em 20 de janeiro de 2012..

⁹⁵ www.copa-cogeca.be Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹⁶ <http://www.iclei.org/>. Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹⁷ <http://local2012.iclei.org/> Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

O *major group* para ONGs conta com uma plataforma eletrônica onde estão disponibilizados textos e documentos e membros de ONGs vinculadas à ONU podem trocar informações sobre eventos relacionados a Rio+20.⁹⁸

O *major group* para comunidade científica e tecnológica é organizado pela *International Council for Science (ICSU)*, uma organização não governamental com uma adesão global de organismos científicos de diferentes nacionalidades (120 membros, representando 140 países), sindicatos científicos internacionais (31 membros), mobilizando conhecimentos e recursos da comunidade científica. Conecta o conhecimento científico à elaboração de políticas e é dividida em três principais áreas de atividade: colaboração internacional de pesquisa, ciência para a política e universalidade da ciência.⁹⁹

O *major group* de trabalhadores e sindicatos é organizado pela *International Trade Union Confederation (ITUC)*, que é a principal organização sindical internacional e representa “os interesses da classe trabalhadora em todo o mundo”¹⁰⁰. Uma das preocupações da organização é em relação às mudanças climáticas para ela é necessário impedir uma trajetória em direção a uma catastrófica mudança climática para assim “garantir, empregos e bem-estar social dos trabalhadores em todos os lugares, e o futuro a longo prazo do planeta”¹⁰¹.

Em janeiro deste ano foi produzido o documento – *O Futuro Que Queremos Esboço Zero* – no Comitê Preparatório 2 para a Rio+20, que deverá ser discutido pelos participantes durante a Conferência em junho. Nele o desenvolvimento sustentável é a meta a ser alcançada, por meio da implementação da *economia verde*, e do direcionamento, numa mesma direção, de políticas e instituições regionais,

⁹⁸ <http://rioplus20ngo.ning.com/> Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

⁹⁹ <http://www.icsu.org/> Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

¹⁰⁰ www.ituc-csi.org Acessado em 16 de fevereiro de 2012.

¹⁰¹ I.

nacionais e internacionais. O documento conta com 128 artigos, que funcionam como exortações para a efetivação dos dois objetivos da conferências. Ao mesmo tempo demonstra a intenção em fortalecer os acordos e compromissos¹⁰² de políticas internacionais, metas regionais, nacionais e internacionais, estabelecidos em reuniões, encontros, assembleias, fóruns e convenções organizados pelas Nações Unidas ou organizações vinculadas a esta.

Os dois temas principais da Conferência são abordados do seguinte modo no documento Esboço Zero:

A. Transição para uma Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza

Para que os países que ainda se encontram num estágio inicial de estabelecimento da economia verde possam desenvolvê-la levando em consideração suas peculiaridades, a ONU pretende desenvolver um conjunto de políticas¹⁰³, baseado em experiências bem sucedidas, Será apoiada a criação de uma plataforma internacional¹⁰⁴ de compartilhamento de conhecimento implementada

¹⁰² a) Carta das Nações Unidas;
b) Declaração da Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
c) Agenda 21;
d) Programa de Implementação Contínua da Agenda 21;
e) Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável;
f) Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o Desenvolvimento Sustentável;
g) Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurício para Implementação;
h) Os Princípio da ECO-92;
i) Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento;
j) Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento;
k) Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África;
l) Programa de Ação de Istambul para Países Menos Desenvolvidos.

¹⁰³ a) Investimentos regulatórios, econômicos e fiscais;
b) Investimento em infra-estrutura verde;
c) Incentivos financeiros;
d) Reforma de subsídios;
e) Contratações públicas sustentáveis;
f) Divulgação de informações;
g) Parcerias voluntárias;

¹⁰⁴ Incluindo:

a) um menu de opções políticas;
b) um instrumental de boas práticas na aplicação de políticas de economia verde nos níveis regionais, nacionais e locais;
c) um conjunto de indicadores para medir o progresso;

pelo Secretário Geral – em consulta com organizações internacionais e entidades relevantes às Nações Unidas – para facilitar a elaboração e a implementação da economia verde pelos diversos países.

A *economia verde* passará por um processo parecido em todos os países: novos investimentos; formação de novas habilidades; desenvolvimento; transferência e acesso a tecnologias, fomentação de capacidades. Sua implementação no âmbito global passará por três estágios até o ano de 2030. O primeiro 2012-2015, será caracterizado pelo estabelecimento de indicadores e medidas para analisar o progresso, assim como o fortalecimento da comunicação e da transferência de tecnologias e compartilhamento de experiências. No segundo, 2015-2030, ocorrerá a implementação e avaliação periódica de seu desenvolvimento. Em 2030, haverá uma avaliação geral do processo.

B. Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável ou Fortalecimento da Governança.

Com relação à estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável ou o fortalecimento da governança, o desenvolvimento acontecerá no seguinte sentido:

- a) integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável [dimensão econômica, dimensão social e dimensão ambiental] e implementação da Agenda 21;
- b) Respeito aos princípios de universalidade, democracia, transparência, custos acessíveis e responsabilidade;
- c) Tomada de decisões integradas em todos os níveis;

d) um diretório de tecnologia, financiamento e serviços técnicos que possam auxiliar países em desenvolvimento.

- d) Reforços à coerência entre agências, fundos e programas do sistema ONU, incluindo instituições financeiras internacionais;
- e) Afirmação da Assembleia Geral com agência de estabelecimento de políticas mais elevadas;
- f) Afirmação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como fórum central para deliberações intergovernamentais sobre questões econômicas e sociais;
- g) Reafirmação da Comissão sobre o desenvolvimento sustentável como a comissão de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável no Sistema ONU, ou a transformação dessa comissão em um Conselho de Desenvolvimento Sustentável que trabalhará baseado nos documentos relacionados ao desenvolvimento sustentável como a Agenda 21 e os Princípios da Eco-92;
- h) Fortalecimento da UNEP [PNUMA] e aumento de sua base financeira;
- i) Reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável precisa ser levado em consideração pelas Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os bancos de desenvolvimento regional e a Organização Mundial do Comércio.

Os países devem criar conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável que assegurem a institucionalização das questões com a plena participação dos *stakeholders*. É preciso reconhecer a importância de políticas de desenvolvimento urbano sustentável, portanto, os Chefes de Estado e governos que comparecerão à Rio+20, devem se comprometer a dar suporte às cooperações internacionais entre entidades locais.

C. Ações Prioritárias

Para que o desenvolvimento sustentável seja implementado por meio da economia verde, é preciso dar atenção especial às chamadas *áreas prioritárias*, identificadas por estudos e consultas ao longo do período de elaboração do *Esboço Zero*. São: segurança alimentar, água, energia, cidades, trabalhos verdes - inclusão social, oceanos e mares, desastres naturais, mudanças climáticas, florestas e biodiversidade, degradação do solo e desertificação; produtos químicos e dejetos, consumo e produção sustentável; educação e igualdade dos sexos.

Segurança alimentar: É preciso reafirmar o direito à alimentação, convocando os governos nacionais a ampliarem o investimento na produção local de alimentos, por meio de sistemas de produção mais transparentes, assim como a aplicação de tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável.

Água: Reconhecer a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, para a erradicação da pobreza e da fome, para a saúde pública, segurança alimentar, energia hidrelétrica e desenvolvimento rural. É preciso reafirmar os acordos do Plano de Implementação de Joanesburgo o compromisso com a Década Internacional 2005-2015 para Ação Água para Vida.

Energia: Incentivar as energias renováveis com a intenção de dobrar a participação delas na *matriz energética global* até 2030. Assim como reduzir a emissão de carbono.

Cidades: Eficiência no transporte público e na comunicação, melhorar qualidade do ar e da água.

Trabalhos Verdes – inclusão social: Uso da biodiversidade com propósitos econômicos, além da criação de um mercado de energia renovável para geração de empregos; geração de empregos e riquezas para a inclusão social; criação de

trabalhos verdes para a implementação da economia verde; oferecer proteção social para todos os cidadãos.

Oceanos e mares; os Pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS): Confirmação da importância dos oceanos e mares, e a necessidade de um gerenciamento sustentável e do compartilhamento igualitário dos recursos marinhos; reafirmar a importância dos corais, baseando a cooperação a partir da Iniciativa do Triângulo de Coral e na Iniciativa Internacional de Recifes de Coral, além de endossar o Processo Regular para o Levantamento Global de Espécies Marinhas; iniciar a implementação de um acordo para conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais; renovar o compromisso com o Plano de Ação Global para combater a poluição marinha; Preservar e restaurar os cardumes de peixes até níveis sustentáveis.

Mudanças Climáticas: Considerar como um dos maiores desafios de nossa época e aguardar a implementação dos acordos firmados na COP-17 de 2011 [Durban].

Florestas e Biodiversidade: Gerenciar de forma sustentável as florestas e implementar o Instrumento Não Legalmente Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (*Non-legally Binding Instrument - NLBI*); afirmar o Protocolo de Nagoya; implementar o uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Degradação do solo e desertificação: Reconhecer a importância econômica e social do solo; apoiar a implementação da Convenção para Combater a Desertificação da ONU (UNCCD).

Montanhas: Reconhecer a vulnerabilidade dos ecossistemas das montanhas frente às mudanças climáticas e os efeitos disso nas comunidades humanas que as habitam

Dejetos e produtos químicos: Ampliar os esforços que beneficiarão um regime internacional mais coerente e eficiente para o ciclo de vida dos produtos químicos; reconhecer a Convenção de Basel, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos.

Educação: Uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. A referencia aqui não se circunscreve porém, à educação ambiental mas à propostas de as universidades devem dar o exemplo transformando seus campi em ambientes sustentáveis.

Igualdade dos sexos: Apoiar o trabalho da ONU Mulheres para obter igualdade dos sexos, dando poder às mulheres em todos os aspectos da vida, trazendo uma maior atenção às ligações entre igualdade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

D. Meios de implementação

Para que a implementação de todos esses indicadores seja mensurada é preciso criar uma outra medida, além do PIB, que contemple a dimensão econômica, social e ambiental. É necessária também a criação de um conjunto de Metas Globais de Desenvolvimento que dê conta das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim como será preciso que os países ricos cumpram seus compromissos de assistência oficial, seguindo as a linha do Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos.¹⁰⁵

O Esboço Zero tem sido discutido em varias instâncias pelos grupos majoritários, e ganhará contornos mais definidos nas vésperas da Rio+20. No

¹⁰⁵ Este Programa de Ação foi estabelecido na Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os países menos Desenvolvidos, realizada na Turquia em maio de 2011. <http://www.un.org/wcm/content/site/ldc>

entanto, as questões tem sido discutidas mediante a divulgação de uma série de Informativos sobre as questões da Rio+20, elaborada pelo Secretário da Rio+20 e parceiros para que formuladores de políticas públicas e outros *stakeholders* interessados pudessem debater e analisar os temas da Conferência.¹⁰⁶

Em final de janeiro de 2012, como resultado do Painel sobre Desenvolvimento sustentável, foi publicado outro documento que também servirá de base para as discussões: *“Povo Resiliente, Planeta Resiliente: Um Futuro que Vale Escolher”*, contendo 56 recomendações para *“colocar em prática o desenvolvimento sustentável e integrá-lo na política econômica o mais rápido possível”* Foi elaborado por uma comissão de 22 membros, co-presidida pela presidente da Finlândia Tarja Halone e o presidente da África do Sul, Jacob Zuma. Gro Brundtland, coordenadora do relatório *Nosso futuro Comum*, que, em 1987, estabeleceu as bases do desenvolvimento sustentável, participou da Comissão. Do Brasil, participou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.¹⁰⁷

Um ponto importante do documento está na constatação de que a maioria dos bens e serviços produzidos hoje não consegue arcar com o custo ambiental e social total de produção e consumo. Diz o texto: *“Com base na ciência, precisamos chegar a um consenso, com o passar do tempo, sobre metodologias de como avaliá-los apropriadamente. O custo de externalidades ambientais poderia abrir novas oportunidades para o crescimento verde e empregos verdes”*¹⁰⁸

A preocupação maior consiste em como implementar a sustentabilidade e uma economia verde de baixo carbono que ponha limites na mudança climática e

¹⁰⁶ Os resumos dos 12 temas estão disponibilizados em <http://www.rio20.info/2012/objetivos-e-temas>

¹⁰⁷ Colocar o planeta e o povo na corrente do desenvolvimento sustentável

<http://www.rio20.info/2012/noticias-2/colocar-o-planeta-e-o-povo-na-corrente-do-desenvolvimento-sustentavel-Insta-relatorio-da-onu>

¹⁰⁸ *Resilient people, resilient planet, a future worth choosing*, p. 15. Disponível em

http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSPReport_unformatted_30Jan.pdf.

Acessado em 15 de fevereiro de 2012.

ao mesmo tempo, promova o empoderamento das pessoas e o fim da pobreza. Daí a importância das escolhas pelos governos, pelas pessoas, pelas empresas. *“Para muitos de nós, entretanto, o problema não são escolhas insustentáveis, mas em primeiro lugar, a falta de escolha. Uma escolha real só é possível uma vez que os direitos humanos, as necessidades básicas, a segurança e a resiliência humanas sejam assegurados.”*¹⁰⁹ A resiliência seria a capacidade de se adaptar aos desastres e às transformações, e ganha destaque como um dos principais fatores a serem construídos pela implementação das recomendações desse relatório. A resiliência ao chamado ‘stress’ ambiental, como poluição e desastres, deve ser garantida por programas e políticas, em especial, os destinados aos mais vulneráveis.

Segundo Tarja Holonen, o Painel *“concluiu que capacitar as mulheres e assegurar um papel maior para elas na economia é fundamental para o desenvolvimento sustentável”*. O relatório destaca a importância da igualdade de gênero na mudança para o desenvolvimento sustentável. *“Metade da inteligência coletiva e da capacidade humana é um recurso que devemos cultivar e desenvolver, pelo bem de várias gerações futuras”, diz o relatório. ‘O próximo incremento do crescimento global poderia vir da plena capacitação econômica das mulheres.’*¹¹⁰

2.3. coleta de dados mais detalhados sobre as políticas florestais, as forças envolvidas e os resultados, declarado pela ONU, 2011 é o Ano Internacional das Florestas;

No plano internacional, o programa mais importante em relação às florestas encontra-se no âmbito das medidas referentes às mudanças climáticas; é o Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação da ONU

¹⁰⁹ Idem, p.6

¹¹⁰ “Colocar o planeta e o povo na corrente do desenvolvimento sustentável”

<http://www.rio20.info/2012/noticias-2/colocar-o-planeta-e-o-povo-na-corrente-do-desenvolvimento-sustentavel-184-relatorio-da-onu>

(UN-REDD) ¹¹¹, uma parceria entre FAO, PNUD e PNUMA, que oferece suporte para países desenvolverem sua capacidade de redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas.¹¹² O Brasil acolhe diversos programas da rede, como, por exemplo, projetos localizados de redução de emissões e de crédito de carbono.¹¹³ Há um Projeto de lei em tramitação para instituir em todo Brasil o sistema de redução de emissões REDD¹¹⁴

Um programa recente que no caso, abrange o bioma cerrado, é o “Plano de Investimento do Brasil para o FIP”, cujo principal objetivo é construir de forma participativa as ações prioritárias brasileiras relacionadas ao Programa de Investimentos em Florestas FIP, criado no âmbito dos Fundos de Investimento Climático – CIF. ¹¹⁵ O plano está disponível para consulta pública até março de 2012.

No entanto, apesar desses projetos transnacionais referentes a florestas, a pesquisa manteve o foco a tramitação do Código Florestal, ainda em vias de aprovação e toda discussão que rodeia o processo. Houve uma discussão interna com o grupo de pesquisadores em 10 de outubro de 2011, em que foram apresentadas leituras das versões do projeto de lei em tramitação, e também o relato sobre um evento institucional: o Seminário *Código florestal: avanço ou ameaça?*, com palestra de Marina Silva, comentários de André Nassar e Fernando de Castro Reinach, em 27/09/2011, no Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo.

¹¹¹ http://www.pnuma.org.br/eventos_detalhar.php?id_eventos=42

¹¹² <http://www.un-redd.org/>

¹¹³ Lista dos projetos pode ser encontrado em <http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/> e também na publicação disponível em <http://www.idesam.org.br/noticias/informa/2010/pdf/Guia%20de%20Projetos%20de%20REDD+%20na%20America%20Latina.pdf>

¹¹⁴ “Projeto de Lei 20195/11. Disponível em http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/upload/forum/documento/PL%20195_2011-.pdf Acessado em 29 de setembro de 2011.

¹¹⁵ <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=252&idConteudo=11583>

Para Marina Silva, o problema da reforma do código é que algumas alterações seriam uma regressão às conquistas da constituição de 1988, onde o meio ambiente saudável aparece como um direito. Segundo Marina, seria preciso:

“... passar no teste e não mudar o teste. A reforma do código acontece em um momento de fartura, o desmatamento está caindo, a pobreza está diminuindo, estamos economicamente bem, o social e o ambiental podem coexistir através de uma *inflexão civilizatória*. É preciso criar um texto, não de um setor ou de um grupo, mas de todo o Brasil, é preciso ações afirmativas, transformar o código florestal em políticas florestais, criar um espaço de convergência, um *diálogo dos quereres*.”

Observou-se que o texto da lei proposta pelo relator do projeto, Aldo Rebelo, continha um discurso desenvolvimentista com um ‘ranço’ de século passado que conflitaria com outras formas de gerenciamento florestal, que começam a ser implantadas no Brasil com apoio, inclusive financeiro, de agências internacionais.

Decidiu-se porém, aguardar a aprovação definitiva do texto da lei, marcada para março de 2012, para se concluir a pesquisa e produzir um ou mais artigos em que também se cotejará o Código com os programas florestais e de economia verde como o REDD, com as soluções climáticas transnacionais e a discussão da Rio+20.

2.4. pesquisa sobre o material didático voltado para crianças, no âmbito da educação ambiental nas escolas;

Para esse item estava prevista uma Iniciação Científica que acabou não sendo solicitada. No entanto, para subsidiar futuros estudos sobre o tema, levantou-se alguns dos principais documentos jurídicos-político internacionais e seus desdobramentos nas políticas educacionais no Brasil.

As primeiras discussões sobre o campo da educação ambiental surgiram de uma pesquisa da Unesco de 1968 junto a 79 países sobre a questão ambiental nas escolas.¹¹⁶ O programa internacional de educação ambiental tem como base as recomendações de Estocolmo 1972, consolidadas em 1975, na Conferência de Belgrado como um programa.¹¹⁷

A seguir, foram realizadas conferências específicas sobre o tema: a I Conferência Inter-governamental de Educação Ambiental de Tbilisi – 1977,¹¹⁸ a II Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental – Moscou, 1987.¹¹⁹ Na ECO-92 estabeleceu-se o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social*¹²⁰ Na Agenda 21, a educação ambiental conta com um capítulo específico.¹²¹

No Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental, foi instituída pela Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 e regulamentada pelo Decreto .4281/ 2002. O Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA foi estabelecido em 2005.¹²²⁻

No entanto, o meio ambiente não é apenas parte dos parâmetros curriculares do Estado; a educação ambiental é alvo de vários projetos voltados para a sustentabilidade de ONGS e empresas.

¹¹⁶ “Breve historia da educação ambiental no Brasil e no mundo”:

http://www.unifai.edu.br/internet_noticia.asp?cod_conteudo=2806&area=1627

¹¹⁷ Texto disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000198/019863EB.pdf>

¹¹⁸ Texto disponível em <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/ConfTibilist.pdf>

¹¹⁹ Texto disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000805/080583eo.pdf>

¹²⁰ “Breve história da institucionalização da educação ambiental”: <http://www.ibg-cean.org.br/index.php/educacao-ambiental/educacao-ambiental.html>

¹²¹ Agenda 21,

http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_36.shtml?utm_source=OldRedirect&utm_medium=redirect&utm_content=dsd&utm_campaign=OldRedirect

¹²² *Parâmetros curriculares nacionais*. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>

Programa Nacional de Educação Ambiental . Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

2.5 Continuidade da seleção e acompanhamento de sites, eventos e notícias;

Três sites tem sido acompanhados regularmente como fonte de pesquisa e para se manter informado: *Ecodesenvolvimento: informação para um mundo sustentável* www.ecodesenvolvimento.org.br, Agência Envolverde <http://envolverde.com.br>; e *O ECO Notícias sobre Meio Ambiente, Ecologia e Sustentabilidade*, www.oeco.com.br.

Outros três sites servem como apoio na busca de informações: *Planeta Sustentável*, <http://planetasustentavel.abril.com.br/>, *Globo Natureza*: <http://g1.globo.com/natureza/> e, voltado para o mundo corporativo, *Ideia Sustentável*: <http://www.ideiasustentavel.com.br> Informações específicas sobre a Amazônia, não necessariamente ambientais, são encontradas em <http://www.portalamazonia.com.br/>

Em relação à coleta de notícias, que continuou sendo feita na versão eletrônica da mídia impressa dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, a análise concentrou-se em notícias relativas ao ano de 2010, em função da importância das atividades desse ano enquanto eixo principal do primeiro ano do Projeto Ecopolítica. O leilão e licenciamento da UHE Belo Monte, o debate sobre o Código Florestal, as dificuldades da implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e o desempenho de Marina Silva nas eleições presidenciais foram os temas principais noticiados no Brasil. Apenas no final de 2010 apareceram algumas chamadas sobre a Rio+20. No plano internacional, foram noticiadas duas importantes Conferências das Partes, uma sobre o clima: a COP-16, em Cancun, México, e outra sobre Biodiversidade, em Nagoya.

Além de contribuir para uma visão do contexto atual em que se encontra a temática ambiental, a coleta e análise das notícias tem o propósito de compor um banco de dados para as pesquisas individuais.

Alguns eventos de 2011 que tratavam dos temas principais do fluxo foram acompanhados e contam com relatos escritos, no caso de meio ambiente

- Simpósio de Ecosofia: ecologia, redes digitais e sustentabilidade

Local: Auditório da Aliança Francesa - São Paulo SP

Data: 27 de abril de 2011

Apoio: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE);¹²³

Klabin.¹²⁴

Conferencistas: José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP),

Massimo di Felice, professor doutor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA) fundador do centro de pesquisa digital ATOPOS (ECA/USP),

O primeiro a falar foi José Eli da Veiga. Sua exposição foi dividida em quatro partes: 1) O que é sustentabilidade; 2) O que é desenvolvimento; 3) O que é desenvolvimento sustentável; 4) Ecologia e Ecosofia. Veiga salientou que *sustentabilidade*, como substantivo, é um termo muito novo, já o adjetivo *sustentável* é mais antigo e se relaciona com uma taxa de exploração sustentável do meio ambiente. Segundo Veiga, ao nos perguntarmos o que é sustentabilidade, três respostas aparecem: uma otimista, outra pessimista, e uma terceira que seria uma

¹²³ Mais informações no site da associação: <http://www.aberje.com.br>

¹²⁴ Mais informações no site da empresa: <http://www.klabin.com.br>

negação das outras duas. A visão otimista relaciona indicadores de deterioração ambiental com o índice de renda *per capita*. Quanto mais desenvolvida uma economia, mais estruturada para se preocupar com o impacto ambiental. É preciso enriquecer cada vez mais. Os exemplos dos rios Tâmis e Sena, que foram totalmente recuperados podem ser usados a favor dessa teoria. Porém, Veiga afirma que, se fosse assim, o problema do aquecimento global estaria sanado, já que o desenvolvimento econômico mundial chegou no nível pré-estabelecido para tratar essa questão.

A visão pessimista, sustentada por Nicholas Georgescu-Roegen, é a de que é preciso parar de crescer para brevar a deterioração ambiental. Georgescu usa um conceito da física, a entropia, para fundamentar sua posição. Georgescu *“lançou o alerta sobre o inexorável aumento da entropia. Baseado na segunda lei da termodinâmica, ele assinalou que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis.”*¹²⁵ O crescimento econômico é apenas uma fase: teríamos que decrescer; precisaríamos parar de produzir armas; não seriam mais possíveis as guerras. Veiga afirmou que esse programa é inaplicável, pois *“não está nos planos da humanidade prolongar sua vida no planeta, mas torná-la excitante”*.

Dentro dessa perspectiva pessimista, Veiga destaca também a posição de Herman Daly, um discípulo de Georgescu, que defende uma *condição estável*, em que o crescimento não é zero, mas esse aconteceria no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, operando por meio de substituições, por exemplo, energia limpa no lugar de energia fóssil. A 3ª via, segundo Veiga, seria

¹²⁵ José E. da VEIGA. *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.111.

uma negação das duas anteriores. Os recursos naturais devem ser preservados ao invés de destruídos, mas o crescimento também não deveria ser contido.

Veiga salientou que o principal ponto de sua exposição era *o que é sustentabilidade*, e, portanto, os outros pontos de sua apresentação foram expostos de uma maneira mais apressada. Essa primeira parte e mais importante de sua exposição relembra a parte II, “o que é sustentabilidade”, de seu livro *Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI*.¹²⁶

Ao falar de desenvolvimento, disse existir três significados: crescimento, miragem “pós-desenvolvimento” e expansão da liberdade humana. Veiga se mostrou propenso ao último significado. Ao falar de *desenvolvimento sustentável*, diferenciou dois tipos de interpretação, uma analítica e outra dialética. A primeira teria mais dificuldade para conciliar os dois termos que parecem ser contraditórios, e chegaria a conclusão de se tratar de uma responsabilidade presente, mas tendo o futuro em jogo. Já de uma forma dialética, justamente por operar por meio de contradições, essa dificuldade não existiria.

Chamou atenção a forma displicente com que Veiga se referiu ao conceito *ecologia profunda*, proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess. Segundo Veiga, a *ecologia profunda* seria “um uso mecânico da ecologia nas ciências sociais,” e se mostrou impaciente quando essas últimas afirmações foram questionadas por uma pessoa da platéia, parte do público “encerrou” a discussão vaiando e reprimindo a mulher que o havia questionado.

O segundo expositor foi Massimo di Felice com uma abordagem mais filosófica. Tratou de questões como a relação sujeito/objeto, e a relacionou com

¹²⁶ Idem, Idem.

uma visão linear, em oposição ao que ele defende: uma perspectiva complexa baseada na teoria do conhecimento complexo fundamentada por Edgard Morin.

Segundo Di Felice, a realidade seria impossível de ser observada já que não nos encontramos numa posição exterior a ela. As redes digitais seriam uma expressão de um conhecimento pós-complexo, que opera por meio de fluxos ou informações interativos; são possibilidades, formas de apresentação que não podem ser observadas do exterior. As tecnologias são parte da natureza e criam uma relação atópica com o território ao desmaterializá-lo. Assim, a relação sujeito e natureza proveniente do pensamento ocidental não é capaz de explicar a realidade atual.

Di Felice cita a *mentalização*, um conceito de Gregory Bateson, como uma forma de entender a relação entre o homem e o ambiente. Segundo essa perspectiva, o que existe é uma troca de informações entre organismos e o ecossistema, troca hoje, facilitada pelas redes eletrônicas. Então, somos o que é externo também e a sustentabilidade deve acontecer porque nós somos o que está à nossa volta.

Tanto Veiga quanto Di Felice não vêem saída à lógica capitalista: o primeiro ao classificar a teoria pessimista da sustentabilidade – que afirma a necessidade de breicar o crescimento econômico – como utópica; o segundo ao naturalizar as relações por meio das tecnologias atuais.

- I Encontro para Uma Nova Política,

Local: Espaço Crisantempo, São Paulo, SP

Data: 07 de julho de 2011,

Os resultados foram incluídos na pesquisa de Iniciação Científica de Vitor Osório.

- Seminário Código florestal: avanço ou ameaça ?

Local: Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, sp

Data: 27/09/2011

Palestrante: Marina Silva, com comentários de André Nassar e Fernando de Castro Reinach

Um relato do evento foi apresentado na reunião dos pesquisadores do fluxo para discutir o Código Florestal, citado anteriormente.

2.6 mapeamento das tendências do pensamento ecológico e ambiental e seus efeitos na constituição de ecopolíticas, no Brasil e no mundo;

O ativismo ambiental ou ecológico conta com diversas vertentes, algumas institucionalizadas outras em um plano mais radical. Uma vertente do discurso ecológico que se institucionaliza no Brasil é objeto da Iniciação Científica de Vitor Osório, orientado por Prof. Dr. Edson Passeti, intitulada: *Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental*. O trabalho está em seu primeiro ano de pesquisa. No relatório, apresenta um histórico da problematização da atuação dos partidos verdes na Alemanha e no Brasil, e *“em certo momento, a pesquisa desviou o olhar para o Movimento Marina Silva e o Movimento por Uma Nova Política, a partir da*

figura de Eduardo Rombauer, já que o Partido Verde não foi capaz de absorver as tendências desses grupos".¹²⁷

Na vertente das resistências abriu-se discussão sobre a atualização de correntes libertárias do século XIX e início do XX. Deu-se atenção à reparação do geógrafo anarquista francês Elisée Reclus (1830-1905) no discurso ecológico atual. Duas resenhas foram publicadas na Revista Ecopolítica nº 1¹²⁸ e na Verve 20¹²⁹. A primeira foi sobre *Elisée Reclus, géographe, anarchiste, écologiste*, biografia de Reclus escrita por Jean Didier Vincent, publicada na França, e que se tornou praticamente um best-seller, divulgando vida e obra para um público leigo e não militante; e a segunda sobre a publicação em português do texto "Do sentimento da natureza nas sociedades modernas".

O Minicurso *Ecologia, Resistências Anarquismos*, ministrado no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, pelo Prof. Dr. Edson Passetti, coordenador do Temático, foi importante no mapeamento inicial das resistências contemporâneas, inclusive as que partem de libertarismo dos séculos anteriores, ao consenso que tem sido instaurado internacionalmente em torno das questões ecológicas.

Sobre a confluência de duas grandes correntes dos movimentos sociais do século XX — o feminismo e o ambientalismo —, pesquisou-se mais detalhadamente o ecofeminismo ou feminismo ecológico para preparação de um futuro artigo.

¹²⁷ Vitor OSÓRIO. *Partido Verde: governamentalidade e dispositivo ambiental*. Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti, p.5.

¹²⁸ B. CARNEIRO. Elisée Reclus Torrente Libertária. *Revista Quadrimestral do temático Ecopolítica*, nº 1. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7658>

¹²⁹ B. CARNEIRO. Do prazer da natureza nas sociedades disciplinares. *Verve* nº 20, outubro 2011, pp.203-208.

As mulheres sempre estiveram presentes e atuantes na mobilização pela proteção ambiental, na construção das políticas ambientais, na elaboração de conhecimento e na resistência aos impactos negativos das atividades econômicas e na construção de outras maneiras de se lidar com a natureza. Desde senhoras vitorianas indignadas com a matança de pássaros e de animais de pele valiosa para a nascente indústria da moda;¹³⁰ passando pela atuação da primeira mulher admitida no Massachusetts Institute of Technology - MIT, Ellen Swallow Richards, formada em química e autora de manuais de aplicação do conhecimento científico no dia a dia;¹³¹ até cientistas e militantes, como Rachel Carson, nos EUA, e as ativistas anônimas pelo mundo, no século XX, são alguns exemplos de uma atuação presente de mulheres de varias procedências.

No entanto, enquanto membros ativos de organizações feministas, as mulheres entraram na discussão da gestão ambiental do planeta na Eco-92, com visibilidade institucional e influência na elaboração dos documentos do encontro. A partir daí, a participação organizada das mulheres em eventos transnacionais referentes à questão ambiental, tanto como propositoras de ações quanto de alvo de programas tem contribuído para o deslocamento do dispositivo de meio ambiente para o dispositivo da sustentabilidade.

As lutas feministas marcaram as mudanças sociais no Ocidente, com maior visibilidade desde o final do século XVIII, quando, para citar duas referências, Olympe de Gouges parafraseia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento chave da Revolução Francesa, elaborando em 1791, um texto intitulado *Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã*, atuante na defesa dos

¹³⁰ J. McCORMICK. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, p 24.

¹³¹ CF. R. CLARKE. *Ellen Swallow: the woman who founded ecology*. Chicago: Follet Publishing Company, 1973

direitos da mulher na França. Acabou guilhotinada em 1793. Na Inglaterra, em 1790, Mary Wallstonecraft escreveu o muito divulgado *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, traduzido e comentado no Brasil por Nísia Floresta, em 1832.

Ao longo do século XIX, mulheres anônimas e outras que na época se projetaram devido à militância, procedentes de diversas correntes políticas: conservadoras, religiosas, socialistas, anarquistas, se movimentaram na luta por direitos iguais ao homem, pela educação, por condições de trabalho adequadas ou o próprio direito de acesso ao trabalho e ao espaço público, político inclusive, reservado aos homens. A questão dos direitos e da cidadania atravessou o movimento das mulheres por dois séculos e ainda não terminou. Há muitos países que ainda não assinaram a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*,¹³² da ONU, de 1979, texto referência para modificação das legislações nacionais, que demonstra assim, pouca força para impedir as violações dos direitos humanos das mulheres.¹³³

Desde o século XIX, foram criadas bases para a criação de associações feministas internacionais em que predominava a questão dos direitos em geral; o voto feminino não era unanimidade e muitos grupos feministas consideravam as *sufragettes*¹³⁴ como “revolucionárias” demais. No entanto, havia também outras importantes reivindicações: pela paz, pelos direitos da criança, por condições adequadas de trabalho, por maior apoio à maternidade e, em grupos mais ousados, pelo direito ao aborto ou ao menos, às decisões de planejamento familiar.

¹³² Texto da convenção disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>, acessado em 20 de dezembro de 2011.

O Brasil assinou em 1981 e promulgou legislação sobre o assunto, disponível em: <http://generodemocraciaedireito.files.wordpress.com/2011/02/convenc3a7c3a3o-sobre-a-eliminac3a7c3a3o-de-todas-as-formas-de-discriminac3a7c3a3o-contra-a-mulher.pdf>, acessado em 20 de janeiro de 2012.

¹³³ Ute GERHARD. Concept et controverses. In Eliane GUBIN et al. *Les siècles des féminismes*. Paris: Editions des Ateliers/Les Editions Ouvrières, 2004, p. 59.

¹³⁴ Nome dado por um jornal inglês às mulheres que se manifestavam pelo direito de voto no século XIX.

Algumas das associações menos radicais prestavam consultoria para a Liga das Nações, e depois para as Nações Unidas desde seus primeiros momentos.¹³⁵

O Artigo 1º da Carta de Fundação da ONU em 1945, na qual se estabelecem os propósitos das ONU, coloca que uma das metas da organização seria: “*conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.*”¹³⁶ Uma das quatro únicas mulheres signatárias da carta de fundação foi a brasileira Bertha Lutz, formada em ciências naturais e em botânica na Sorbonne, Paris, e posteriormente em Direito no Rio de Janeiro; feminista, fundadora da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919 e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922.¹³⁷

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reiterando a igualdade entre os sexos foi aprovada em 1948, e outras iniciativas institucionais para garantir a efetivação dessa equiparação foram criadas. A mais importante foi o estabelecimento da Comissão do Status da Mulher (CSW) pelo Conselho Sócio-Econômica da ONU (ECOSOC) em 1946, para promover os direitos da mulher nos campos educacionais, civis, econômicos, sociais e políticos. Os representantes dos Estados membros da ONU se reúnem anualmente para avaliar os avanços na equidade de gênero, identificar desafios, estabelecer metas e propor políticas concretas para o empoderamento das mulheres e promoção da igualdade.¹³⁸

¹³⁵ Cf. Catherine JACQUES. Construire un reseau international: l'exemple du Conseil International de Femmes (CIF). In Eliane GUBIN et al. *Op.cit.*, pp.127-141

¹³⁶ “A ONU e as mulheres” <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>

¹³⁷ M.M.LOPES; L. G.SOUSA; M.M. SOMBRIO. A construção da invisibilidade das mulheres na ciência: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) *Niterói*, vol.5, nº 1, 2º sem.2004, pp. 97-109.

¹³⁸ “About the Comission” www.un.org/womenwatch/daw/csw. Acessado em 20 de Janeiro de 2012.

As décadas de 1960 e 1970 foram um período de manifestações e protestos sobre diversos temas. Assim como as lutas ecológicas e ambientais, as lutas feministas ganharam força e entraram em outro patamar, não apenas com reivindicações de mudanças institucionais, mas com práticas efetivas no cotidiano.

“O fim dos anos 1960 e o começo dos anos 1970 assistiram o desdobramento de uma dinâmica feminista em escala internacional ligada às mutações sociais e culturais das sociedades ocidentais. A primeira onda feminista do início do século XX reivindicava os direitos civis e os direitos de sufrágio sob o nome de “emancipação das mulheres”, esta dos anos 1960-1970 quer a “liberação das mulheres” que passa antes de tudo pelo direito de dispor de seu corpo, daí a prioridade dada ao direito à concepção e ao aborto. (...) Colocando em praça pública as questões relevantes da esfera privada, as mobilizações femininas dos anos 1970 contribuiu para deixá-las visíveis e a lhes dar uma dimensão política”.¹³⁹

Para Margareth Rago, nos anos 1960, as feministas liberais passaram a rejeitar o feminismo burguês dos anos 1920 e 30 e se aproximaram das atitudes das feministas anarquistas que, desde o século XIX, no Brasil e no mundo, já questionavam o casamento, praticavam o amor livre, defendiam a contracepção e o aborto.¹⁴⁰

Especificamente no Brasil, nos anos 1970, as feministas engrossavam a resistência à ditadura civil-militar instaurada no país em 1964, ao lado de partidos colocados na clandestinidade e movimentos de base. Nas periferias das cidades, a resistência aos desmandos ditatoriais marcou-se com a organização de “clubes de mães” sob a égide da Igreja Católica, que se ampliaram para o chamado Movimento Custo de Vida contra o aumento de preços e o “arrocho” do salário. A

¹³⁹ M. DUBESSET. De la citoyenneté à la parité. In Eliane GUBIN et al. *Op. Cit.*, p. 274.

¹⁴⁰ M. RAGO. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, nº 34. 1995-1996, pp. 26-28.

iniciativa e a mobilização eram das mulheres, mas não necessariamente ligadas ao feminismo.

No Brasil, a politização da subjetividade, do corpo da esfera privada difundiu-se com maior capilaridade com a redemocratização do país nos anos 1980, ao mesmo tempo em que houve um maior entrosamento das lutas feministas com o Estado. Em 1983, surgiram os Conselhos da Condição Feminina e outras instituições foram sendo estimuladas, tanto pela pressão interna das militantes, quanto pelas exigências de convenções internacionais assinadas pelo Brasil.

Atenta às transformações que se anunciavam no mundo, não apenas decorrentes de protestos e maior participação popular, mas de uma crise econômica mundial, e como fez em relação à questão do meio ambiente, a ONU tomou a iniciativa de organizar conferências e abrir uma década de discussões sobre a mulher, seus direitos e a presença nas questões econômicas.¹⁴¹ Em 1975, inaugurando a década da mulher, organizou-se a Primeira Conferência da Mulher na cidade do México¹⁴² em que, além da igualdade e fim da discriminação, outras duas metas para as mulheres foram estabelecidas: a participação das mulheres no desenvolvimento e na consecução da paz mundial. Durante a década da mulher houve mais duas conferências: em 1980, em Copenhague, e em 1985, em Nairobi, para encerrar a década. A conferência de Copenhague enfatizou as questões referentes a emprego, educação e saúde¹⁴³, avaliaram-se os primeiros cinco anos da Década da Mulher e converteu-se o International Research and Training Institute

¹⁴¹ Short History of the Commission on the Status of Women
<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>

¹⁴² Relatório da Conferência Mundial do ano internacional da Mulher. Disponível em:
<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Mexico/Mexico%20conference%20report%20optimized.pdf> Acessado em 15 de novembro de 2012.

¹⁴³ Relatório da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Década da Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Disponível em inglês em
<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Copenhagen/Copenhagen%20Full%20Optimized.pdf> Acessado em 15 de novembro de 2011.

for the Advancement of Women - INSTRAW (Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher) em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas.¹⁴⁴ A III Conferência, em Nairobi¹⁴⁵, estabeleceu metas para o desenvolvimento da mulher e recomendou atenção a situações de vulnerabilidade enfrentadas por grupos de mulheres pobres¹⁴⁶; o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher é convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).¹⁴⁷

Nos documentos principais resultantes dos três encontros não há referência ao meio ambiente ou à ecologia, tais palavras nem aparecem nos textos.¹⁴⁸ As metas básicas continuam sendo igualdade, desenvolvimento e paz. Surge o conceito WID (*Women in Development*), Mulheres em Desenvolvimento, como princípio norteador das metas para a mulher. Todavia, de outro lado, os documentos principais resultantes da conferência ambiental de Estocolmo (1972) e do encontro organizado pelo PNUMA em Nairobi (1980) não citam as mulheres, a palavra 'gênero' também não aparece. Um setor parecia ignorar o outro nesses encontros transnacionais.

No relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), organizado pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, aparecem algumas poucas referências à mulher

¹⁴⁴ Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero. Observatório Brasil da igualdade de gêneros. Presidência da República <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>.

¹⁴⁵ Relatório da III Conferência Mundial para rever e avaliar as conquistas da Década da Mulher das Nações Unidas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Nairobi/Nairobi%20Full%20Optimized.pdf>

Acessado em 15 de novembro de 2011.

¹⁴⁶ Anna LUND. Women's Conferences. Disponível em <http://www.munfw.org/archive/45th/wc.htm>

Acessado em 25 de outubro de 2011.

¹⁴⁷ Desde 1 de janeiro de 2011, INSTRAW, UNIFEM, junto com a *Division for the Advancement of Women - DAW* e *Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women - OSAGI* compõem a *UN-Women*, presidida atualmente por Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile. <http://www.un-instraw.org/>

¹⁴⁸ A disponibilização eletrônica desses documentos permite que se faça pesquisa nos textos por palavras-chave.

dispersas pelo texto; citam-se seus direitos e demais questões exaustivamente tratadas nos encontros transnacionais ao longo da década da mulher, assim como seu papel na produção econômica, especialmente rural. O relatório foi resultado dos estudos da Comissão de Desenvolvimento Sustentado, que promovia audiências públicas e consultas locais desde 1983, em diversas regiões do mundo. Em relação à mulher, além das poucas referências esparsas, reproduziu-se no relatório apenas um breve comentário de uma queniana, integrante do Movimento Greenbelt,¹⁴⁹ gravado durante uma audiência pública no Kenya, em que relatou que o problema da mulher fora esquecido nos debates:

“E estou certa de que a maioria das pessoas aqui presentes está bastante interessada no papel da mulher em relação ao meio ambiente. Creio que já foi dito muitas e muitas vezes que, sobretudo, na África, as mulheres são responsáveis por 60 a 90% da produção, do beneficiamento e da comercialização de alimentos. Ninguém pode examinar de fato a crise alimentar na África ou muitas das outras crises que parecem existir aqui sem examinar a questão da mulher e sem constatar que as mulheres participam dos processos de tomada de decisões desde sua base até seus níveis mais elevados.”¹⁵⁰

De uma perspectiva feminista, Vandana Shiva, ecofeminista indiana, junto com a ativista alemã Maria Mies, fizeram um balanço das proposições da ONU:

“A Década da Mulher, das Nações Unidas, baseou-se no pressuposto de que a posição econômica das mulheres decorreria automaticamente de uma expansão e difusão do processo de desenvolvimento. No final da Década, no entanto, ficou claro que o problema era o próprio desenvolvimento. O subdesenvolvimento crescente das mulheres não se devia à

¹⁴⁹ Fundada em 1977 no Quênia por Wangari Mathai (1940-2011), prêmio Nobel da Paz de 2004, Greenbelt é uma ONG que une conservação ambiental, desenvolvimento comunitário e capacitação, tendo como base para suas ações não apenas as mulheres, mas a relação de gêneros. Cf. <http://www.greenbeltmovement.org/>

¹⁵⁰ „Depoimento da Sra. King“ In BRUNDTLAND, Gro et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988, p. 136.

‘participação insuficiente e inadequada no desenvolvimento; devia-se mais à sua participação, forçada, mas assimétrica, na qual suportavam os custos, mas eram excluídas dos benefícios. O desenvolvimento e a expropriação estenderam os processos coloniais de degradação ecológica e a perda do controlo político sobre a base de sustentação da natureza.’¹⁵¹

Nas franjas dessas instituições transnacionais e seus encontros e conferências, e fora desse circuito, tanto na vida acadêmica quanto no ativismo político, havia intensa discussão sobre a relação da mulher com a natureza, com a vida social e consigo mesma. Entre os temas discutidos: a naturalização da mulher fora interpretada por atuantes feministas como a justificativa da opressão masculina, no entanto a recusa a considerar a mulher como biologicamente mais próxima da natureza do que o homem não consiste em unanimidade dentro dos feminismos. Pelo contrario, uma vertente ecofeminista positiva essa ligação como fonte do empoderamento feminino no lidar de modo harmônico com o mundo natural. Outras vertentes chegam a afirmar “a capacidade natural da mulher em cuidar”, o que lhe daria crédito para a defesa do meio ambiente e o “cuidado com o planeta”.

A perspectiva feminina mostrava-se, por outro lado, capaz de questionar o próprio método científico estabelecido por Francis Bacon no século XVII, colocando em destaque as analogias entre a extração da verdade pela ciência com a extração da verdade em especial das prisioneiras pelos tribunais britânicos, conforme relatado no trabalho *The death of Nature* (1980), da pesquisadora californiana Carolyn Merchant, abrindo-se assim outras possibilidades de conhecimento e de relação com o mundo natural.¹⁵² Carolyn Merchant propõe para

¹⁵¹ Maria MIES; Vandana SHIVA. *Ecofeminismo*. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, pp.99-100.

¹⁵² Cf. C. MERCHANT. *The death of Nature: women, ecology, and the scientific revolution*. New York: HarperCollins, 1993.

o século XXI, uma ética em parceria com a natureza: “Uma ética de parceria [paternship ethic] assegura que o maior benefício para as comunidade humanas e não humanas está em sua viva interdependência mútua.”¹⁵³ Proposta que, apesar da autora não citar, vai ao encontro da posição anarquista do século XIX, de Élisée Reclus a P. Kropotkin entre outros, e merece um detalhamento futuro.

Outras perspectivas feministas, com base no conceito de gênero, levam a problematizar a noção de natureza e a própria identidade de ser Mulher, afastando-se da divisão homem-mulher baseada na biologia dos sexos e enfatizando que tal distinção tem uma prática social performativa que a consolida no dia a dia.¹⁵⁴

No plano da militância política feminista, no final dos anos 1960, havia uma forte indignação contra a sugestão de que seriam as altas taxas de crescimento demográfico, baseadas na fecundidade feminina que ‘pressionariam’ o uso de recursos escassos, trazendo a degradação ambiental do planeta. A escritora e ativista francesa Françoise D’Eaubonne, inventora do termo *ecofeminismo*, em seu livro ‘*Le féminisme ou la mort!*, em 1974, e considerada uma anarquista pela recusa a qualquer forma de hierarquia e autoridade, atribui “as desgraças atuais e as ameaças ao futuro” ao “sistema patriarcal, fundado na apropriação da fecundidade e da fertilidade [da terra].”¹⁵⁵ Propõe que as mulheres retomem a propriedade de seus corpos, roubada pela hierarquia masculina, e a urgente união da luta pelos direitos da mulher com a defesa da natureza, ambas violadas pelo patriarcado.¹⁵⁶

¹⁵³ C. MERCHANT. Environmentalism: from the control of nature to partnership. Disponível em <http://nature.berkeley.edu/merchant>. Acessado em 5 de novembro de 2011.

¹⁵⁴ O estudo mais difundido é o de Judith BUTLER. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁵⁵ Extrait de: *Le féminisme ou la mort*, Françoise D’Eaubonne.

Disponível em <http://www.rqge.qc.ca/files/femoumort.pdf>

¹⁵⁶ Idem.

O ecofeminismo entrou nos Estados Unidos estimulado também pela tradução do texto de D'Eaubonne para o inglês em 1980, ano em que também foi realizada uma primeira conferência ecofeminista reunindo ativistas e intelectuais, a *Women and Life on the Earth; Ecofeminism in the eighties*, em Amherst, Massachussetts. A motivação direta foi o acidente nuclear em Three Miles Island, Pensilvânia, e a luta das mulheres pelo fim das usinas nucleares.¹⁵⁷ Os interesses ecofeministas levaram a uma maior divulgação pelo mundo de casos concretos dessa luta conjunta das mulheres contra a degradação ambiental. A partir dos anos 1970, foi dado amplo destaque ao movimento Chipko¹⁵⁸ em encontros de mulheres e posteriormente nos ambientais. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se análises econômicas e culturais sobre a relação das mulheres com o meio ambiente, incluindo propostas de atuação em políticas institucionais.

Com o anúncio da ONU em 1988, acerca da realização de uma outra grande conferência ambiental, mulheres de várias procedências e nacionalidades reuniram-se para apresentar uma proposta conjunta. Havia já um saber acumulado sobre a questão mulher e meio ambiente, tanto na militância, quanto na produção acadêmica, e o momento propiciava a união de forças para que políticas fossem propostas e implantadas mundialmente. Em Miami, ocorreu o Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável (1991), mobilizando ativistas, ONGS, associações diversas, com o objetivo de se preparar para a Eco-92.¹⁵⁹ As propostas feministas para o meio ambiente foram consolidadas na Agenda 21 para as mulheres, cujos itens entraram no debate da ECO-92. Surgiu o conceito WEDO

¹⁵⁷ <http://www.wloe.org/Women-and-Life-on-Earth-1.79.0.html>

¹⁵⁸ Movimento de defesa da floresta empreendida por mulheres de comunidades rurais da Índia, próximas ao Himalaia em que se dava um abraço (Chipko) nas árvores do bosque local para que não fossem derrubadas por empresas.

¹⁵⁹ Rosiska D. OLIVEIRA; T. CORRAL. *Planeta Fêmea*.

Disponível em <http://www.redeh.org.br/biblioteca/publicacoes/planeta-femea.pdf>

(Women's Environment & Development Organization), substituindo o WID (Women in Development). O alvo inicial era a mulher das zonas rurais, produtoras de alimentos e as moradoras de bairros precários, construídos devido ao êxodo rural para as cidades., pois seriam estas que sofreriam diretamente os impactos de uma exploração desenvolvimentista sem sustentabilidade.

Mary Castro e Miriam Abramovay, em trabalho realizado para a UNESCO sobre a participação das mulheres brasileiras nas questões ambientais, em especial após a Cúpula da Terra, afirmam:

A Rio-92 destaca-se na literatura feminina no Brasil como o tempo/espaço em que as reflexões sobre gênero e meio ambiente, a estruturação de ações por parte do movimento de mulheres tomaram impulso, em dinâmica sinérgica com o movimento feminista internacional. De fato, pela participação de milhares de mulheres, incluiu-se na Agenda 21 dos governos um capítulo especial sobre as necessidades das mulheres e sua importância para um desenvolvimento sustentável. (...) O protagonismo das brasileiras no processo da ECO-92 (...) enfatizou a relação entre população e meio ambiente, considerando os direitos das mulheres, pobreza e desenvolvimento sustentável, bem como os 'ecos' da Eco-92."¹⁶⁰

Em Beijing, na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), o Plano de Ação contava com item específico: *A mulher e meio ambiente*, e uma pauta de recomendações e objetivos estratégicos de ação, consagrando-se assim, definitivamente a vertente ecológica do feminismo no plano institucional dentro de um amplo quadro de promoção do desenvolvimento sustentável.¹⁶¹ Os três objetivos estratégicos que deverão ser adotados pelas instituições estatais, ONGs e

¹⁶⁰ M. C. CASTRO; M. ABRAMOVAY. *Gênero e Meio Ambiente*. 2. ed.rev. e ampl. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, UNICEF, 2005, pp. 79-80.

¹⁶¹ Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, Beijing, 4 a 15 de septiembre de 1995. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>
Acessado em 27 de outubro de 2011.

setor privado no que se refere à mulher — em especial, às mulheres da zona rural, consideradas mais vulneráveis aos efeitos da pobreza — e meio ambiente são:

“1) Obter a participação ativa da mulher na adoção de decisão relativas ao meio ambiente em todos os níveis; (...) 2) integrar as preocupações e perspectivas de gênero nas políticas e programas a favor do desenvolvimento sustentável; (...) 3) fortalecer ou estabelecer mecanismos nos níveis regional, nacional e internacional para avaliar os efeitos na mulher das políticas de desenvolvimento e meio ambiente.”¹⁶²

O recorte ambiental no feminismo não elimina porém, a diversidade de soluções e perspectivas sobre o tema. Os dois movimentos considerados os mais importantes do século XX nunca foram homogêneos. Assim como há muitos feminismos, e muitos ambientalismo, e ecologismos, há muitas vertentes ecofeministas.¹⁶³ Nos encontros transnacionais emerge porém, um certo consenso expresso nos documentos resultantes, com metas e planos de ação detalhados, com penetração local e recomendações para prestação de conta dos resultados em instâncias internacionais. Há uma concordância estratégica em se solicitar mais intervenção governamental, com seu corolário, tribunais, julgamentos e instâncias penalizadoras. Como assinala Lucia Soares:

“o que aproxima parte do movimento das mulheres e movimento ambientalista são as reivindicações de mais direitos, de controle, de participação e parcerias que subsidiem políticas sociais, na tentativa de instituir dispositivos alternativos para a sociedade. (...) O movimento feminista se redimensionou e multiplicou em varias faces, e neste momento, procura novamente identificar todas elas para manter sua unidade, dentro dos limites e diferenças de cada agrupamento. (...) Estes grupos, em outros momentos, voltaram-se para práticas e lutas libertarias ou de

¹⁶² Idem.

¹⁶³ A. RODRÍGUEZ. Las mujeres y el medio ambiente: razones para un feminismo ecologista, pp.102-104. Disponível em <http://www.laopiniondelanzarote.com/cuadernos/pdfs/numero03/lasmujeresyelmedio.pdf> Acessado em 21 de novembro de 2011.

esquerda, nas últimas décadas tornaram-se os proponentes de mais direitos e de uma moral penalizadora.”¹⁶⁴

As conferências da ONU estimulam a atuação das organizações sociais e também uma certa reunificação de movimentos em torno de metas de intervenção governamental no dia a dia, como relatam Mary Castro e M. Abramovay:

“De fato, já nas décadas de 1970 e 1980, o feminismo no Brasil teve um estímulo à sua estruturação como movimento social, quando se deram as discussões prévias da Conferência Internacional sobre a Mulher no México em 1975, o mesmo ocorrendo no plano do meio ambiente, quando houve um *boom* de formação de ONGs para a ECO-92. As feministas destacam que de fato o envolvimento do movimento das mulheres com as conferências se fortaleceu a partir da ECO-92.”¹⁶⁵

As conferências transnacionais, não só por causa de suas resoluções, mas também por toda etapa preparatório, fazem parte da governamentalidade local de modo efetivo. Ao mobilizar cada um para a consecução de metas de defesa do meio ambiente pela sustentabilidade, por meio da circulação de enunciados que instauram certezas e preconizam comportamentos adequados, moldam-se subjetividades.

Um maior entendimento da problemática do governo possibilita-se, segundo Sebastien Malette, pela expansão da leitura de Foucault sobre a governamentalidade para a ecogovernamentalidade.¹⁶⁶ Astrid Ulloa, antropóloga colombiana, assim define ecogovernamentalidade:

¹⁶⁴ Lucia Soares da SILVA. Ecofeminismo, Disponível em www.nu-sol.org/agora/pdf/luciasoares.pdf

¹⁶⁵ M. C. CASTRO; M. ABRAMOVAY. *Op.Cit.*, p.91.

¹⁶⁶ S. MALETTE. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. *Revista Quadrimestral do Temático Ecopolítica*, nº 1, agosto- novembro 2011.

Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654>

“... como todas as políticas, discursos, conhecimentos, representações e práticas ambientais (locais, nacionais e transnacionais) que interagem com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar e se comportar de maneiras particulares, com fins ambientais específicos (desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, acesso a recursos genéticos, entre outros). Nesta ecogovernamentalidade, as organizações ambientais (governamentais e ONGs), os atores sociais (inclusive os povos indígenas e suas políticas culturais e ambientais), os ambientalistas e as comunidades científicas, entre outros, são agentes no processo para regular e dirigir as ações sociais de acordo com lógicas e discursos que contribuem para o desenvolvimento de uma concepção emergente de governamentalidade ambiental global.”¹⁶⁷

Recentemente, como parte das discussões para a Rio+20, publicou-se o relatório conclusivo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global: *“Povo Resiliente, Planeta Resiliente: Um Futuro que Vale Escolher”*.¹⁶⁸ Foi elaborado por uma comissão co-presidida pela presidente da Finlândia, Tarja Halonen, e o presidente da África do Sul, Jacob Zuma. O relatório destaca a importância da igualdade de gênero na mudança para o desenvolvimento sustentável. *“Metade da inteligência coletiva e da capacidade humana é um recurso que devemos cultivar e desenvolver, pelo bem de várias gerações futuras”*, diz o relatório. *“O próximo incremento do crescimento global poderia vir da plena capacitação econômica das mulheres.”* Segundo Tarja Holonen, o Painel *“concluiu que capacitar as mulheres e assegurar um papel maior para elas na economia é fundamental para o desenvolvimento sustentável.”*¹⁶⁹

¹⁶⁷ Astrid ULLOA. A ecogovernamentalidade e suas contradições. *Revista Quadrimestral do Temático Eopolítica*, nº 1, agosto- novembro 2011.

Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7655>

¹⁶⁸ United Nations Secretary-General’s High-Level Panel on Global Sustainability. *Resilient People, Resilient Planet, a future worth choosing*. New York: United Nations, 2012.

Disponível em http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP_Report_web_final.pdf

Acessado em 3 de fevereiro de 2012

¹⁶⁹ “Colocar o planeta e o povo na corrente do desenvolvimento sustentável!” <http://www.rio20.info/2012/noticias-2/colocar-o-planeta-e-o-povo-na-corrente-do-desenvolvimento-sustentavel-1sta-relatorio-da-onu>

Além disso, um dos grupos de discussão da Rio+20, um dos *major group*, segmentos majoritários, é o das mulheres, que contam com um documento próprio para ser discutido.¹⁷⁰

O ambientalismo tornou-se uma nova formação discursiva, no sentido dado por Foucault, em que emergem verdades, produzindo “sujeitos ecológicos”.¹⁷¹ A convergência do ambientalismo com o feminismo, faz com que a mulher se torne um “sujeito ecológico” e que as relações de gênero permeiem as exigências da sustentabilidade.

2.7 estudo sobre a questão do meio e das ciências da vida em Foucault; mapeamento de estudos sobre governamentalidade ambiental ou ecológica na vertente de Foucault, não apenas no Brasil, mas no mundo, mediante trabalhos publicados em inglês, francês, espanhol, italiano, além do português.

Duas atividades propostas ano passado forma aqui unidas pela proximidade temática: os estudos das ciências da vida em Foucault e o mapeamento da produção acerca da governamentalidade ecológica. Foi iniciado o levantamento de tais trabalhos, com a busca de textos e compra de livros desde 2010. Na Revista Ecopolítica foram traduzidos para o português em 2011, dois textos de autores que trabalham com ecogovernamentalidade:

- Sebastien Malette. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade.

Revista Quadrimestral do Temático Ecopolítica, nº 1, agosto- novembro 2011,

Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654>

¹⁷⁰ WOMEN'S Major Group. *Rio+20 Position Statement –Summary*. Novembro 2011. Disponível em http://www.womenrio20.org/Women's_MG_Rio+20_Summary.pdf

¹⁷¹ Astrid ULLOA *Op.Cit.*

- Astrid Ulloa A ecogovernamentalidade e suas contradições. *Revista Quadrimestral do Temático Ecopolítica*, nº 1, agosto- novembro 2011, Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7655>

3. Pesquisa de Documentos-base para o Temático Ecopolítica

No primeiro ano do projeto, nas reuniões gerais do PTE, selecionaram-se os seguintes documentos para o desenvolvimento de uma análise conjunta: “Carta da Terra”, “Declaração do Milênio”, “Agenda 21 (Brasil): estratégias” e “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Foram considerados documentos importantes pois agregam instituições, ações, organizações; estabelecem metas para “salvar o planeta” concretizadas em programas; estimulam comportamentos como participação, sensibilização, conscientização e mobilizam financiamentos para implantar concretamente as propostas.

Carta da Terra e Declaração do Milênio são expressões de princípios para ação e valores a serem promovidos. Por sua vez, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio agregam instituições, ações, organizações; estimulam comportamentos como participação, sensibilização, conscientização e principalmente, mobilizam financiamentos para que os projetos se implantem.

A coordenação e acompanhamento da Agenda 21 brasileira, além de do estímulo à implementação de Agendas 21 locais e regionais, cabem ao Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, integrante da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, órgão específico do Ministério do Meio Ambiente.¹⁷² A Agenda 21 brasileira foi elaborada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional –

¹⁷² <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>

CPDS, criada por Decreto Presidencial em 26/02/97. composta por: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Presidência da República; Fórum Brasileiro das Ongs e Movimentos Sociais; Fundação Getúlio Vargas; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; e Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo da construção da Agenda foi de *“redefinir o modelo de desenvolvimento do país, introduzindo o conceito de sustentabilidade e qualificando-o com as potencialidades e as vulnerabilidades do Brasil no quadro internacional.”*¹⁷³

O documento passou por diversas etapas de consultas públicas e análises até a redação final publicada em 2002, ano da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo. Foram definidas e estudadas seis áreas temáticas: gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Cada tema contou com uma série de estudos que deram origem a seis documentos específicos que passaram a ser discutidos até comporem a Agenda de modo definitivo.

De uma maneira geral, o conteúdo dos seis documentos que serviram de subsídios configura um rico manancial de elementos que ultrapassam o universo de uma agenda estritamente ambiental. Coerentemente com a característica dos atores envolvidos (tanto os formuladores das versões para debate, como dos participantes das consultas nessa etapa), o resultado esperado foi de natureza ampla e prospectiva. Ficou evidente a importância atribuída pelos participantes a temas de ordem social, como a pobreza, o provimento de infra-estrutura e serviços básicos (saneamento, transporte, educação e saúde). Tal conduta difere daquela implícita nas agendas de países desenvolvidos, em que os aspectos típicos da

¹⁷³ Maria do Carmo de L. BEZERRA, Marcia M. FACCHINA e Otto T. RIBAS, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. *Agenda 21 brasileira*. 1ª edição. Brasília MMA/PNUD 2002. p.6.

melhoria da qualidade de vida privilegiam questões como áreas verdes em centros urbanos, redução da poluição sonora, paisagem e mesmo preservação do ambiente natural. Em nosso caso (e isso ficou claramente estabelecido na segunda fase da construção da Agenda 21 Brasileira), sobressai o fator humano e as carências que comprometem a própria subsistência.¹⁷⁴

Os documentos foram debatidos e analisados, e as contribuições mostraram que a sustentabilidade continha cinco dimensões: *“a geoambiental, a social, a econômica, a político-institucional e a da informação e do conhecimento.”*¹⁷⁵. O Quadro a seguir mostra as estratégias para cada dimensão da sustentabilidade.

Quadro 1: Linhas estratégicas estruturadoras da Agenda 21 Brasileira, segundo as diferentes dimensões da sustentabilidade.¹⁷⁶

DIMENSÕES	LINHAS ESTRATÉGICAS				
GEOAMBIENTAL	1. Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais.	2. Ordenamento territorial.	3. Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.	4. Manejo sustentável da biotecnologia.	
SOCIAL	5. Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza.	6. Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social.	7. Promoção da educação e cultura, para a sustentabilidade.	8. Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.	

¹⁷⁴ Idem, p.8.

¹⁷⁵ *“Há quem apresente mais de cinco dimensões para caracterizar o desenvolvimento sustentável. A bibliografia sobre as dimensões da sustentabilidade é ampla. Nos documentos temáticos da Agenda brasileira pode-se, por exemplo, verificar a rica contribuição acerca do tema. O objetivo de condensar a um menor número possível teve a finalidade prática e operacional de permitir ampla visão das proposições e, ao mesmo tempo, facilitar o entendimento do conjunto de propostas apresentadas para um imenso e variado público participante da construção. Compatibiliza-se também com o documento da CNUMAD (Rio 92).”*
Idem, Nota 8, p. 14.

¹⁷⁶ Idem, p.18.

ECONÔMICA	9. Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.	10. Inserção econômica competitiva.	11. Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana.	12. Dinâmica demográfica e sustentabilidade.	
POLITICO- INSTITUCIONAL	13. Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.	14. Descentralização para o desenvolvimento sustentável.	15. Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.	16. Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional.	17. Instrumentos de regulação.
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	18. Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia	19. Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.	20. Informação para a tomada de decisão.	21. Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.	

Em 2003, as proposições da Agenda 21 foram incluídas no Plano Plurianual do governo (2003-2007).

Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do SISNAMA [Sistema Nacional de Meio Ambiente] e participação social e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra.¹⁷⁷

¹⁷⁷ MMA » [Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental](http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908&idMenu=374) » [Agenda 21](#) » Agenda 21 Brasileira <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908&idMenu=374>

Uma segunda edição dos dois volumes da Agenda 21 Brasileira: Resultados das Consultas, e Ações prioritárias foi publicada em 2004. O documento serviu de orientação para políticas públicas, mas para ações da chamada sociedade civil e empresas e consagrou a noção de sustentabilidade.

A Agenda 21 Brasileira consagrou o conceito de sustentabilidade ampliada e progressiva. A sustentabilidade ampliada preconiza a idéia da sustentabilidade permeando todas as dimensões da vida: a econômica, a social, a territorial, a científica e tecnológica, a política e a cultural; já a sustentabilidade progressiva significa que não se deve aguçar os conflitos a ponto de torná-los inegociáveis, e sim, fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço.¹⁷⁸

No decorrer de 2011, pesquisou-se os programas principais das Metas do Milênio nos aspectos referentes ao meio ambiente, através das ações do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidas a partir da Declaração do Milênio, documento das Nações Unidas, resultado da Cúpula do Milênio, realizada em setembro do ano 2000, quando 191 países se comprometeram a promover o que foi discutido como *“os principais valores das relações internacionais para o século XXI: a liberdade, a igualdade a solidariedade, a tolerância, ao respeito pela natureza, a responsabilidade comum”*. Para tornar efetivos tais valores, oito objetivos foram estabelecidos, cada qual contendo metas específicas, voltadas para o objetivo maior: reduzir a pobreza do mundo pela metade até 2015.

Os objetivos são: *“acabar com a fome e a miséria; educação básica e de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil;*

¹⁷⁸ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional *Agenda 21 brasileira : ações prioritárias*. 2 edição. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 18.

melhorar a saúde da gestante; combater AIDS, malária e outras doenças, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente” e por fim, “todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.”

¹⁷⁹ O sétimo objetivo referente ao meio ambiente conta com as seguintes metas: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais; reduzir a perda de diversidade biológica e alcançar, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda; reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura e esgotamento sanitário; até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.¹⁸⁰ Cada meta tem um conjunto de indicadores que quantificam e o grau de consecução mediante os programas propostos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD foi criado em 1965 com um objetivo desenvolvimentista para os países do Terceiro Mundo. No Brasil, na década de 1970, apoiou projetos desenvolvimentistas em parceria com a ditadura civil militar, como, por exemplo, o Polonoroeste: implantação de grandes projetos agro-pastoris e assentamentos rurais em Rondônia. As discussões sobre o meio ambiente e no final dos anos 1980 sobre a sustentabilidade introduziram novas orientações para o estímulo ao crescimento econômico.

O PNUD se encarrega hoje, de promover e acompanhar ações de combate à pobreza, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, com destaque para o acompanhamento dos programas para o cumprimento das metas do milênio.

Os temas centrais de atuação do PNUD Brasil são a modernização do Estado, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais. A intervenção do PNUD em políticas sociais tem cinco

¹⁷⁹ “Oito jeitos de mudar o mundo” <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

¹⁸⁰ “Garantir a sustentabilidade ambiental”. http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7/

focos definidos: a implementação de políticas que visam fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano; o apoio às políticas de descentralização e empoderamento nos municípios; a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento humano sustentável; o desenvolvimento de capacidade institucional nos governos federal, estaduais e municipais; e a construção de novas redes e parcerias com o setor privado e a sociedade civil.(...)

Na área ambiental, projetos do PNUD em parceria com os governos federal, estaduais e municipais, vêm apresentando resultados significativos com a melhoria de renda de populações tradicionais, de pequenos agricultores e de seringueiros e, ao mesmo tempo, contribuindo para a proteção da biodiversidade. O apoio ativo à consolidação institucional e técnica de agências reguladoras independentes em serviços públicos como fornecimento de água, saneamento e eletricidade, ajudou a reduzir riscos para o investimento privado e a proteger os consumidores de baixa renda. O PNUD vem apoiando ativamente o emprego da energia renovável na eletrificação rural.¹⁸¹

Os programas estabelecidos para atender as metas do milênio dentro do objetivo referente ao meio ambiente e que já se encerraram, são: Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea); apoio às políticas públicas na área ambiental; apoio às políticas públicas na área de gestão e controle ambiental; sustentabilidade e repartição dos benefícios da biodiversidade; capacitação e conscientização sobre mudança do clima; estabelecimento das reservas privadas de patrimônio natural no cerrado brasileiro; Corredores Ecológicos no PPG-7; Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; preservação; conservação e uso sustentável dos recursos ambientais; fortalecimento da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA/MT para o gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal –

¹⁸¹ “PNUD e seus objetivos”. <http://www.pnud.org.br/pnud/index.php>

; projeto de gestão e conservação da fauna e dos recursos pesqueiros; apoio à implementação do Programa PASS/BID (ligado a saneamento de comunidades de baixa renda do Nordeste); fortalecimento institucional para a eliminação das substâncias que destroem a camada de ozônio sob o Protocolo de Montreal; pesquisa e ensino em desenvolvimento sustentável no Brasil; cooperação para conservação de florestas e desenvolvimento sustentável do Pará; manejo integrado de ecossistema para o bioma Caatinga.

Os programas ainda em curso referente ao meio ambiente são: conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros e gestão do sistema federal de unidades de conservação; apoio às políticas públicas de desenvolvimento sustentável; promoção de conservação e uso sustentável da biodiversidade nas florestas de fronteira do noroeste do Mato Grosso; eliminar a emissão de CFC em todo o Brasil. No entanto, o prazo destes programas não ultrapassa dezembro de 2012.

O Brasil conseguiu alcançar as principais metas do milênio antes do prazo (2015), segundo os critérios do PNUD,¹⁸² desse modo, outro conjunto de programas começou a ser implantado para o período de 2012 até 2015. É o “Programa de País PNUD 2012-2015”, aprovado pelo Conselho Executivo do órgão, em fevereiro de 2012, vinculado às estratégias do sistema ONU no Brasil.¹⁸³ Esse novo documento será acompanhado no PTE.

Com a proximidade da Rio +20, muitos relatórios e temas para discussão foram produzidos para a discussão, dentre eles será dado destaque ao relatório do

¹⁸² Entre outros relatórios: “*Relatório de Países*”, disponível em http://www.pnud.org.br/popup/download.php?id_arquivo=4 ; *Objetivos de desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*, Brasília: IPEA, março de 2010. Disponível em <http://www.pnud.org.br/pdf/4RelatorioNacionaldeAcompanhamentodosODM.pdf>

¹⁸³ *Documento do Programa de País para a República Federativa do Brasil 2012-2015*. Disponível em português em <http://www.pnud.org.br/termos/DCPD.Brasil.2012-2015.Portugues.pdf>

PNUMA “21 itens para o século XXI”,¹⁸⁴ “Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20”,¹⁸⁵ “Rumo a uma Economia Verde”,¹⁸⁶ e “Povo Resiliente, Planeta Resiliente: Um Futuro que Vale Escolher”.¹⁸⁷

4. Seminários 2011

Durante o ano de 2011, referente ao fluxo meio ambiente, foram organizados três seminários, dois deles com pesquisadores externos ao Temático .

4.1. Seminário com pesquisadores externos

“Ecologia e Meio Ambiente” Rinaldo Arruda (Prof. do Depto. de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais).

17 de fevereiro de 2011

“Situação dos povos indígenas no Brasil” Lucia Helena Rangel (Prof^a do Depto. de Antropologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais)

12 de dezembro de 2011.

4.2. Seminário com pesquisador do Temático

“Meio ambiente e jogos da verdade” Beatriz Scigliano Carneiro

¹⁸⁴ 21 itens para o século 21, PNUMA, (em inglês) Disponível em: http://www.unep.org/publications/ebooks/foresightreport/Portals/24175/pdfs/Foresight_Report-21_Issues_for_the_21st_Century.pdf

¹⁸⁵ <http://www.fapesp.br/rio20/media/Documento-de-contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio20.pdf>

¹⁸⁶ Em português: <http://www.fapesp.br/rio20/media/Rumo-a-uma-Economia-Verde.pdf>

¹⁸⁷ <http://www.fapesp.br/rio20/media/Resilient-People-Resilient-Planet-synthesis.pdf>

5. de dezembro de 2012.

O seminário foi apresentado para todos os integrantes do Temático, mas especialmente aos novos pesquisadores de iniciação científica. Retomou-se portanto, o tema de seminários anteriores sobre a construção do dispositivo meio ambiente por procedimentos científicos, técnicas eficientes, e mesmo elementos afetivos, que resultam em manifestações de verdade que vão além do saber necessário estritamente para bem governar. A referência aqui é Foucault e sua aula de *O governo dos vivos*, publicada na Revista Verve, nº 12, em que ele se desloca da análise da relação saber-poder para elaborar a noção do governo pela verdade. Quem se manifesta verdadeiro, governa, altera condutas e conduz comportamentos.

O tema fez parte das atividades das metas do fluxo no mapeamento das tendências do pensamento ecológico e ambiental e seus efeitos na constituição de ecopolíticas. Ao retomar os primeiros estudos ecológicos, assunto tratado em 2010, encontrou-se que o termo ecologia quase fora empregado em ações de saneamento. A primeira mulher a entrar no MIT - Massachusetts Institute of Technology, Ellen Swallow Richards, formada em química, encontrou o recém inventado termo *Oekologie*, no famoso trabalho de Haeckel, e passou a usá-la. Adiante, Ellen inventou a palavra *Eutenia* —do grego *Euthenia*: bom estado do corpo, vigor, prosperidade — para caracterizar intervenções no meio ambiente visando melhorar as condições de vida da população humana.¹⁸⁸ Como cientista, analisou a qualidade de água que abastecia sua cidade e descobriu ser possível modificar as condições externas com procedimentos simples, ao alcance de todos. Escreveu diversos manuais, destinados às mulheres, mães de família, entre eles,

¹⁸⁸ R. CLARKE. *Ellen Swallow: the woman who founded ecology*. Chicago: Follet Publishing Company, 1973, p. 198-199.

Eutenia – a ciência do meio ambiente controlável; um apelo por melhores condições de vida como primeiro passo para uma maior eficiência humana (1910). A Eutenia seria desenvolvida pela ciência sanitária, pela educação, e por relacionar ciência e educação à vida.

O seminário não tratou apenas de Ellen Richards e a Eutenia, mas mostrou um momento em que as verdades científicas foram solicitadas a entrar na vida cotidiana, no dia a dia doméstico, e a intervir no entorno através da ação de indivíduos “no sentido de assegurar eficiência e maior felicidade para si mesmo e para a comunidade.”¹⁸⁹, conforme citado no Prefácio da obra referida. Pode-se dizer que uma *ecogovernamentalidade* já se prenunciava ao se sugerir mudança de conduta das pessoas em relação a seus hábitos de vida pela educação e entendimento de verdades científicas. Essa e outras discussões serão assunto de outros encontros no decorrer do projeto.

5 Atividades para 2012

1 Foco na Conferência Rio +20 como um acontecimento para o qual convergem forças e interesses e de onde sairão novas injunções e redimensionamentos dos temas referentes ao meio ambiente.

1.1 Acompanhar a movimentação dos nove *major groups*: Negócios e Indústria; Crianças e Jovens; Agricultores; Povos Nativos; Autoridade Locais; ONGs; Comunidade Científica e Tecnológica; Mulheres; Trabalhadores e Sindicatos, representados no evento por organizações específicas.

¹⁸⁹ Ellen S. RICHARDS. *Euthenics: the science of controllable environment; a plea for a better living conditions as a first step toward higher human efficiency*. Boston: Whitcomb & Barrows, 1910, p.X.

1.2 Pesquisar o tratamento dado no encontro às chamadas *áreas prioritárias*: segurança alimentar, água, energia, cidades, trabalhos verdes - inclusão social, oceanos e mares, desastres naturais, mudanças climáticas, florestas e biodiversidade, degradação do solo e desertificação, montanhas, produtos químicos e dejetos, consumo e produção sustentável, educação e igualdade dos sexos.

1.3. Destacar os efeitos da Rio+20 no Brasil.

2. Pesquisar a produção de conhecimento e atividades práticas e técnicas relativas ao campo da gestão do meio ambiente.

4. Continuidade do mapeamento dos discursos ambientais e ecológicos.

5. Prosseguimento da coleta e disponibilização de documentos, junto com a análise de textos considerados importantes no decorrer da pesquisa.

6. Estímulo à produção de textos e participação em eventos divulgando os resultados das diversas etapas e temas da pesquisa.

6. Referências

6.1. Economia Verde

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DMA/FIESP, *Economia verde*,

desenvolvimento sustentável e inovação - Os caminhos da indústria brasileira. Disponível em < <http://www.italcam.com.br/site/download/fiesp.pdf> >. Acesso em: 16 fev. 2012.

MAKOWER, J. *A economia verde: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era dos negócios*. Tradução: Célio Knipel Moreira. São Paulo: Gente, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *O Futuro que Queremos: rascunho zero*.

Disponível em

http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, *Rumo à uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Uma Síntese para Tomadores de Decisão*. Disponível em http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_ResumodasConclusoes.pdf.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE /

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL. *Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo*.

Coordenação Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho – São Paulo: SMA/CPLA, 2010.

SMITH, Vivian Paes Barretto; MENDES, Flávia Cristina Martins; MACEDO, Luiz.

Oportunidades para a Economia Verde e de Baixo Carbono: O papel estratégico da Comunicação Organizacional. Disponível em

<[http://www.pucsp.br/eitt/downloads/ix_ciclo/IX Ciclo 2011 Artigo Vivian Smith Flavia Mendes e Luiz Macedo.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/ix_ciclo/IX_Ciclo_2011_Artigo_Vivian_Smith_Flavia_Mendes_e_Luiz_Macedo.pdf)>. Acesso em 15 fev. 2012.

6.2. Desenvolvimento hidrelétrico e Unidades de Conservação na Amazônia

GOVERNO FEDERAL. *Medida Provisória nº 558 de 5 de janeiro de 2012*.

GOVERNO FEDERAL. *Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000.*

FUNAI. *Instrução Normativa nº 1 de 12/1/2012* Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=27&data=15/02/2012>, acesso em 17/2/2012

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL- ISA, 13/01/2012. “Dilma reduz Unidades de Conservação na Amazônia para viabilizar hidrelétricas”.

Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3490>, acesso em 13/01/2012.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL ISA. “Hidrelétricas” in *Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira.*

Disponível em <http://uc.socioambiental.org/press%C3%B5es/hidrel%C3%A9tricas>, Acesso em 10/01/2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007a. *Plano Nacional de Energia 2030.* Brasília: MME, EPE.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007b. *Matriz Energética 2030.* Brasília: MME, EPE.

ROSENFELD, Denis. “Funai e meio ambiente” in *O Estado de São Paulo*, 30/1/2012, p.2.

6.3. Governamentalização da Amazônia: notas de pesquisa:

BECKER, Bertha. Amazônia, mudanças estruturais e urbanização. In BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A. C.; GONÇALVES, Maria Flora (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões; o desafio urbano-regional.* São Paulo:UNESP/ANPUR, 2003

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio.* Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: planetarização e moratória ecológica*. São Paulo: Centro de Recursos Educacionais CERED, 1989.

BOLLE, Wille; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel.(orgs.) *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

BROWDER, John & GODFREY, Brian. *Cidades da Amazônia: urbanização desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*, Tradução de Gisele V. Goldstein, colaboração de Joscilene Souza. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BARROZO, João Carlos (org.) *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUMAT/Carlini&Caniato, 2008.

CABALZAR, A. (org.). *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, noroeste amazônico*. São Paulo: ISA, Instituto Socio Ambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das organizações Indígenas do Rio Negro, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1977.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro. *De "cativo" a "liberto": o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas*. Manaus: Valer, 2011.

COSTA, Maria José Jackson. (org.) *Sociologia da Amazônia: Debates teóricos e experiências de Pesquisa*. Belém: UFPA, 2001.

COY, Martin; KOHLHEPP (coords.) *Amazonia Sustentavel: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond; Tubinger, Alemanha: Tubinger Geographische Studien, 2005.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Tradução de Jorge Alexandre Paure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DECRETO nº 7378, de 1 de dezembro de 2010. Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal brasileira – Macro ZEE.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm, Acessado em 7 de janeiro de 2011

FREITAS, Urias Sérgio. 1973: *Garimpo do Tapajós, terra sem lei...onde o passado não conta!* Manaus: Valer, 2007.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2.ed. revista. Manaus: Valer, 2007.

HALL, Anthony. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HEBETTE, Jean. *Cruzando Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004. (4 volumes)

IANNI, Octavio. *A luta pela Terra. História social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia (Conceição do Araguaia)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. (Orgs.) *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LENTINI, Marcos et al. *Fatos florestais da Amazônia 2005*. Belém: IMAZON, 2005.

LITTLE, Paul (org.) *Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos, experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: Instituto de Educação do Brasil-IEB, 2003

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na segunda guerra mundial*. Rio Branco (AC): EDUFAC, 2004.

MEGGERS, Betty. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MELLO, Neli Aparecida. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas/ EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (org.) *Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre as práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas*. 2ª ed. Belé(PA): UEPA, 2008.

PIGNATTI, Marta Gislene; MARTINS, Domingos T. (orgs.) *Saúde e Ambiente na região amazônica*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1999.

PIGNATTI, Marta Gislene. *As ONGS e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso*. São Paulo: Annablume, EdUFMT, 2005.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das matas: políticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia tocantina*. Belém: Açai, 2010.

SAYAGO, Doris; TOURAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. (Orgs.) *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: UNB, 2004.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José (Orgs) *Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SOUZA, Paulo Ferreira de. *Legislação Florestal*. Primeira parte: história, 1789-1889; Segunda parte: Legislação do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura, 1934.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIEIRA, Ima et al. (orgs.) *Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia/Biological and Cultural Diversity of Amazonia*. (bilíngue) 2ª ed. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2009.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

WOLFF, Cristina. *Mulheres da Floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZHOURI, Andrea (org.) *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

6.4. Rio+20 e Vertentes do pensamento ecológico:

BOOKCHIN, Murray. *Ecologia social e outros ensaios*. (Tradução de AC Franco et al.) Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BRUNDTLAND, Gro et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. *Élisée Reclus Torrente Libertária*. *Revista Quadrimestral do temático Ecopolítica*, nº 1. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7658>

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. Do prazer da natureza nas sociedades disciplinares. *Verve* nº20, outubro 2011.

CARVALHO, Eliane Knorr. *Exploração eficiente do meio ambiente: uma virada no discurso ecológico em prol da permanência da exploração capitalista*

Disponível em

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878224_ARQUIVO_elianeknorr-anpuh2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878224_ARQUIVO_elianeknorr-anpuh2011[1].pdf)

DODDS, Felix, *De Estocolmo 1972 à Rio 2012*. in Revista ECO-21 Edição 162.

Disponível em <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2205>.

Acessado em 1 de setembro de 2010.

DODDS, F.; STRONG, Maurice. *Reviving the spirit of Rio*. BBC News 27 de abril de 2010.

Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/8645486.stm>.

Acessado em 1 de setembro de 2010.

FRANCO, José Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

_____ Do governo dos vivos: aula de 9 de janeiro de 1980. *Verve*. Revista Semestral do Nu-Sol, nº 12, outubro 2007, p. 283.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

PASSETTI, Edson. Foucault e a Transformação, in BOGUS, L., WOLFF, S.; CHAIA, V. (orgs) *Pensamento e Teoria nas Ciências Sociais – Referências clássicas e contemporâneas*. São Paulo:EDUC, 2011.

RECLUS, Élisée. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. Prefácio de R. Creagh. Tradução de P. Coelho. São Paulo: Imaginário/Expressão e Arte, 2010.

RICHARDS, Ellen. *Euthenics: the science of controllable environment; a plea for a better living conditions as a first step toward higher human efficiency*. Boston: Whitcomb& Barrows, 1910.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

VINCENT, Jean Didier. *Élisée Reclus: géographe, anarchiste, écologiste*. Paris: Robert lafont, 2010.

6.5 Ecofeminismo Notas para um artigo.

ANGELIN, R. Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo. Revista Espaço Acadêmico. Nº 58, ano V, março 2006. Disponível em <http://www.espcoacademico.com.br/058/58angelin.htm>. Acessado em 1 de novembro de 2011.

BUTLER, J. *Problemas de gênero:feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPRA, F. *A teia da Vida; uma nova compreensão científica da vida*. 9.ed.Tradução de Newton Roberval Eicheberg, São Paulo: Cultrix, 2004.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e Meio Ambiente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/UNICEG, 2005.

CLARKE, Robert. *Ellen Swallow: the woman who founded ecology*. Chicago: Follet Publishing Company, 1973.

DI CIOMMO, Regina Célia. *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: UNIUBE, 1999.

GUBIN, Eliane et. al. *Le siècle des féminismes*. Paris: Editions d'Atelier/ Editions Ouvrières, 2004.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*, Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HOLLAND, J.; FERRERO, E. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. Tradução de Roberto Cattani. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.

Informe de la Cuarta Conferência Mundial sobre la Mujer., Beijing, 1995. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>. Acessado em 27 de outubro de 2011.

LOPES, Maria Margarida. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: UNB, 2009.

LOPES, M. M.; SOUSA, L.G.; SOMBRIO, M.M. A construção da invisibilidade das mulheres na ciência: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) *Niterói*, vol.5, nº 1, 2 sem. 2004.

LUND, Anna. Women's Conferences.

Disponível em <http://www.munfw.org/archive/45th/wc.htm> Acessado em 25 de outubro de 2011.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992

MALETTE, Sebastián. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. *Revista Quadrimestral do Temático Ecopolítica*, nº 1, agosto- novembro 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654>.

MERCHANT, Carolyn. *The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution*. New York: HarperCollins, 1993.

_____ Environmentalism: from the control of nature to partnership. Disponível em <http://nature.berkeley.edu/merchant>. Acessado em 5 de novembro de 2011

MIERS, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

NICHOLSON, Shirley; ROSEN, Brenda. *A vida oculta de Gaia: a inteligência invisível da terra*. Tradução de Claudia Gonçalves Pinto. São Paulo: Gaia, 1998.

OLIVEIRA, Rosiska.; CORRAL, T. et al. *Planeta Fêmea*. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/biblioteca/publicacoes/planeta-femea.pdf>

PULEO, A. Feminismo y Ecología. Disponível em http://www.nodo50.org/mujeresred/ecologi-a_puleo-feminismo_y_ecologia.html. Acessado em 19 de setembro de 2011

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, nº 3/4. 1995-1996.

Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf Acessado em 27 de setembro de 2011.

RELATORIO da I Conferência Mundial do ano internacional da Mulher.

Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Mexico/Mexico%20conference%20report%20optimized.pdf>

RELATORIO da II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Década da Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Disponível em inglês em

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Copenhagen/Copenhagen%20Full%20Optimized.pdf>

RELATORIO da III Conferência Mundial para rever e avaliar as conquistas da Década da Mulher das Nações Unidas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Nairobi/Nairobi%20Full%20Optimized.pdf>

RODRÍGUEZ, Arantxa. Las mujeres y el medio ambiente: razones para un feminismo ecologista. Disponível em

<http://www.laopiniondelanzarote.com/cuadernos/pdfs/numero03/lasmujeresyelmedio.pdf> Acessado em 21 de novembro de 2011.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v.1; n.1; jan.mar.2000. Disponível em

http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf

Acessado em 27 de outubro de 2011.

SILVA, Lucia Soares. Ecofeminismo.

Disponível em www.nu-sol.org/agora/pdf/luciasoares.pdf

ULLOA, Astrid. A ecogovernamentalidade e suas contradições. *Revista Quadrimestral do Temático Ecopolítica*, nº 1, agosto- novembro 2011. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7655>

UNITED NATIONS Secretary-General's High-Level Panel on Global Sustainability. *Resilient People, Resilient Planet, a future worth choosing*. New York: United Nations, 2012. Disponível em http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP_Report_web_final.pdf
Acessado em 3 de fevereiro de 2012

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

6. 6 Documentos

BEZERRA, M. C. L., FACCHINA, M.M.; RIBAS, O. T., COMISSÃO de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. *Agenda 21 brasileira. Resultado da Consulta Nacional*. 1ª edição. Brasília MMA/PNUD 2002.

Disponível em

http://www.sebrae.com.br/customizado/gestao-ambiental-biblioteca/bib_ag_21_resultado_consulta.doc.

Acessado em julho de 2010.

(entrar por: <http://www.sebrae.com.br/customizado/gestao-ambiental-biblioteca>)

COMISSÃO NACIONAL para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. *Documento da Contribuição Brasileira `Rio+20*. Brasília, novembro de 2011.

Disponível em

<http://www.fapesp.br/rio20/media/Documento-de-contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio20.pdf>

COMISSÃO de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. *Agenda 21 brasileira : ações prioritárias* 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Disponível em

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=4989&idMenu=4590>

COMITÊ EXECUTIVO DO Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Documento do Programa de País para a República Federativa do Brasil 2012-2015.

Disponível em

<http://www.pnud.org.br/termos/DCPD.Brasil.2012-2015.Portugues.pdf>

INTERNATIONAL LABEL OFFICE; Social Protection Advisory Group. *Social Protection Floor for a fair and inclusive Globalization.*(Report) Genebra: ILO, 2011.

Disponível em:

<http://www.unwomen.org/2011/06/discurso-pronunciado-por-michelle-bachelet-en-la-sesion-del-13-de-junio-de-2011-del-comite-de-proteccion-social-de-la-oit/>

IPEA- INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Objetivos de desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*”, Brasília: IPEA, março de 2010.

Disponível em

<http://www.pnud.org.br/pdf/4RelatorioNacionaldeAcompanhamentodosODM.pdf>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.
Relatório de Países Disponível em:

http://www.pnud.org.br/popup/download.php?id_arquivo=4

_____ *Programa de País para a República Federativa do Brasil 2012-2015.*

Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/termos/DCPD.Brasil.2012-2015.Portugues.pdf>

UNEP United Nations Environment Program. *21 issues for the 21st Century; Result of the UNEP foresight process on emerging environmental issues*, UNEP, 2012.

Disponível em:

http://www.unep.org/publications/ebooks/foresightreport/Portals/24175/pdfs/Foresight_Report-21_Issues_for_the_21st_Century.pdf

UNEP United Nations Environment Program. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, UNEP, 2011.

Disponível em

http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf

UNITED NATIONS Secretary-General's High Level Panel on Global Sustainability. *Resilient People, Resilient Planet, a future worth choosing. Overview*. New York: United Nations, 2012.

Disponível em

http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSPReportOverview_Letter%20size.pdf

Resilient People, Resilient Planet, a future worth choosing (Texto completo).

Disponível em

<http://pt.scribd.com/doc/80035202/UNSG-Report-High-Level-Panel-Global-Sustainability-Resilient-People-Resilient-Planet-Unformatted-Final-Text>

WOMEN'S Major Group. *Rio+20 Position Statement –Summary*. Novembro 2011.

Disponível em:

http://www.womenrio20.org/Women's_MG_Rio+20_Summary.pdf